



SECRETARIA DA ECONOMIA GOVERNO DO
ESTADO DE GOIAS

SIMULADO FINAL

SEFAZ GO

Auditor Fiscal Da Receita Estadual - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-GO**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ZNzXBY7PioQuKbZS8>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/48BWPYz>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***UTILIZE O TEXTO PARA AS QUESTÕES 1, 2 e 3****Leitura tem queda dramática – e preocupante – pelo mundo**

Ler livros tem sido algo cada vez menos comum – seja no Brasil, na Europa ou nos EUA. O que isso significa para nossa saúde?

Uma queda vertiginosa no número de leitores está atingindo diversas partes do planeta – e a tendência é preocupante. De acordo com um estudo da Universidade da Flórida e do *University College London*, da Inglaterra, a quantidade de pessoas nos Estados Unidos que mantêm o hábito da leitura por prazer caiu mais de 40% nos últimos 20 anos. A cada ano, essa parcela recua cerca de 3%, algo “significativo e muito preocupante”, afirma Jill Sonke, diretora do Centro de Artes em Medicina da Universidade da Flórida.

O levantamento também mostra a desigualdade no acesso à leitura dos americanos: a retração no hábito é maior para afro-americanos, pessoas com menor renda ou escolaridade e moradores de áreas rurais.

“Mas, embora as pessoas com maior nível de escolaridade e as mulheres continuem lendo com mais frequência, observamos mudanças mesmo dentro desses grupos”, alertou Jessica Bone, pesquisadora sênior de estatística e epidemiologia da *University College London*.

No Brasil, a situação também é drástica. Pela primeira vez, a parcela dos que não leem livros é maior que a daqueles que recorrem à literatura nos momentos de lazer. A conclusão é da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, do Instituto Pró-Livro.

A mais recente edição do levantamento mostrou que, em 2024, 53% dos entrevistados se consideraram “não-leitores”, contra 47% dos leitores. Em 2019, eram 52% leitores e 48% não-leitores.

Na comparação entre os sexos, mulheres leem mais: estima-se que elas sejam 50 milhões, contra 43 milhões de leitores homens no Brasil.

O único segmento da população brasileira que não teve queda no número de leitores foi nas faixas etárias de 11 a 13 anos e de mais de 70 anos.

Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/02/06/leitura--tem-queda-dramatica-e-preocupante-pelo-mundo.ghtml>

1. A relação estabelecida entre o título e o subtítulo do texto sugere que a queda no hábito de leitura é interpretada, sobretudo, como um problema

- a) cultural, associado exclusivamente ao desinteresse por literatura.
- b) educacional, decorrente da falha das instituições escolares.
- c) econômico, vinculado ao custo dos livros.
- d) social e potencialmente relacionado à saúde dos indivíduos.
- e) tecnológico, causado pelo uso excessivo de dispositivos digitais.

2. A citação de Jill Sonke cumpre, no texto, a função de

- a) relativizar a gravidade dos dados apresentados.
- b) reforçar a credibilidade da informação por meio de autoridade institucional.
- c) introduzir uma opinião contrária à tese do texto.
- d) sintetizar os resultados da pesquisa brasileira.
- e) explicar as causas da queda no hábito de leitura.

3. A informação de que determinadas faixas etárias não apresentaram queda no número de leitores

- a) contradiz a tese central do texto.
- b) invalida os dados apresentados anteriormente.
- c) relativiza parcialmente a generalização da queda, sem anulá-la.
- d) demonstra que o problema está restrito aos adultos.
- e) indica que a leitura está em crescimento no Brasil.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Atribuem-se a determinados pensadores ideias que, embora pareçam universais, em outros contextos acaba por assumir sentidos diversos.
- b) Resultam das análises do autor considerações que, ao longo do tempo, tem suscitado debates relevantes entre especialistas.
- c) Não se devem confundir, segundo o autor, o tédio e a inércia, uma vez que lhes correspondem naturezas distintas.
- d) Cabem ao leitor atento perceber, nas entrelinhas do texto, as ambiguidades que escapam a uma leitura apressada.
- e) Devem haver, entre as experiências humanas mais comuns, momentos de reflexão que nem sempre são valorizados.

5. Leia o trecho:

Todos reconhecem o valor da ciência, embora persistam dúvidas quanto aos seus limites.

Considerando as relações de sentido, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- a) conquanto.
- b) portanto.
- c) contudo.
- d) porquanto.
- e) conforme.

6. As formas verbais estão corretamente flexionadas e há presença de voz passiva na frase:

- a) Como foram conduzidas poucas análises, não se prosseguiu com as etapas seguintes.
- b) Ainda que intervissem fatores externos, os resultados teriam sido mantidos.
- c) Os dados haviam sido analisado com rigor pelos especialistas.
- d) Suporam os pesquisadores que os resultados seriam facilmente replicáveis.

e) Caso se obtivessem conclusões seguras, a hipótese fora confirmada.

7. Leia o trecho:

São ideias [às quais nos apegamos] quando enfrentamos dificuldades, e que muitas vezes nos ajudam a seguir em frente, sem [abrir mão] de nossos princípios.

O período acima manterá seu sentido básico e sua correção gramatical caso se substituam os dois elementos destacados, respectivamente, por:

- a) das quais nos afastamos – abdicar
- b) a que recorreremos – prescindir
- c) em que insistimos – conservar
- d) às quais nos dirigimos – manter
- e) onde nos fixamos – abandonar

8. Considere o trecho:

[De grande relevância para o avanço científico] eram consideradas aquelas descobertas.

O trecho destacado exerce, no contexto, a mesma função sintática do segmento sublinhado em:

- a) Tornaram-se **evidentes para os pesquisadores** os limites da teoria proposta.
- b) Julgavam **de pouca utilidade prática** as conclusões apresentadas.
- c) A análise **dos dados coletados ao longo do experimento** revelou inconsistências.
- d) Mantiveram-se **em silêncio absoluto** durante a reunião os participantes.
- e) A confiança **nos resultados obtidos recentemente** foi sendo abalada.

9. Assinale a alternativa em que a frase apresenta emprego de sentido figurado.

- a) O pesquisador analisou os dados coletados ao longo do experimento.
- b) A criança segurava o livro com cuidado para não danificá-lo.
- c) O tempo engoliu aquelas lembranças que antes pareciam tão vivas.
- d) Os estudantes chegaram cedo ao local da prova.
- e) A equipe concluiu o relatório dentro do prazo estabelecido.

10. Leia o trecho:

A proposta apresentada pelo pesquisador foi considerada plausível, embora ainda carecesse de comprovação empírica.

Sem prejuízo para o sentido do texto, a palavra destacada pode ser substituída por:

- a) improvável
- b) admissível
- c) incoerente
- d) arbitrária
- e) inconsistente

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Para uma reunião magna do Comitê Gestor do IBS (CGIBS), o plenário foi organizado com 12 fileiras de cadeiras. A primeira fileira possui 12 assentos, e cada fileira seguinte tem 1 assento a mais que a anterior.

Por questões de conforto, os representantes podem ocupar qualquer fileira, mas não podem se sentar em assentos vizinhos dentro de uma mesma fileira.

O número máximo de representantes que podem participar desta reunião do CGIBS é:

- a) 102
- b) 104
- c) 108
- d) 110
- e) 112

12. Cinco contribuintes, Alberto, Bruno, Carlos, Diego e Eduardo, foram convocados por um auditor fiscal para prestarem esclarecimentos. Em seus depoimentos, cada um fez uma declaração, conforme a seguir:

Alberto: "Eu sou o sonegador."

Bruno: "O sonegador é o Carlos."

Carlos: "A declaração feita por Alberto é verdadeira."

Diego: "Se eu sou o sonegador, então o sonegador não é o Eduardo."

Eduardo: "Eu não sou o sonegador."

Sabe-se que dessas cinco declarações há uma única verdadeira e que há somente um sonegador entre eles. O contribuinte que é o sonegador é o:

- a) Eduardo.
- b) Carlos.
- c) Diego.
- d) Bruno.
- e) Alberto.

13. Para otimizar o processo de fiscalização, a TI da SEFAZ GO desenvolveu um algoritmo que seleciona a ordem das empresas a serem auditadas. Um grupo de 17 empresas, numeradas de 1 a 17, está em uma lista circular ordenada, dispostas em ordem numérica. Um processo automatizado é iniciado para selecionar os alvos das auditorias.

O algoritmo percorre as empresas na lista no sentido crescente (1, 2, ..., 17, 1, 2, ...) e seleciona as entidades da seguinte forma: ele seleciona a Empresa 1, pula duas empresas e seleciona a seguinte, pula novamente duas empresas e seleciona a seguinte, e assim por diante.

A partir da segunda volta, o algoritmo continua o processo, pulando duas empresas ainda não selecionadas e selecionando a próxima empresa ainda não selecionada. O processo se repete até que sobre apenas uma empresa não selecionada, que ficará para o próximo ciclo de auditorias.

O número dessa última empresa que sobra é o:

- a) 9.
- b) 12.
- c) 15.
- d) 2.
- e) 11.

14. Considere as três afirmações a seguir sobre o auditor fiscal Carlos, das quais apenas uma é verdadeira:

- I. Carlos audita a empresa e não multa a empresa.
- II. Se Carlos multa a empresa, então ele retém os documentos.
- III. Carlos retém os documentos ou não audita a empresa, ou as duas coisas.

Nessas condições, é necessariamente verdade que o auditor fiscal Carlos:

- a) multa a empresa e retém os documentos.
- b) multa a empresa e não audita a empresa.
- c) não multa a empresa e audita a empresa.
- d) não retém os documentos e audita a empresa.
- e) audita a empresa e não multa a empresa.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

15. Uma auditoria da SEFAZ-GO analisou o valor, em milhares de reais, de créditos tributários recuperados por cinco equipes fiscais durante determinado trimestre. Os resultados obtidos foram:

12, 15, 18, 18, 27

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- a) A média aritmética é igual a 17,00 e o desvio médio absoluto é igual a 4,00.
- b) A mediana é igual a 18,00 e a amplitude total é igual a 15,00.
- c) A moda é igual a 27,00 e a variância populacional é igual a 30,00.
- d) O coeficiente de variação é superior a 50,00%.
- e) A distribuição apresentada possui assimetria nula.

16. Uma variável aleatória X representa o número de inconsistências encontradas em declarações fiscais analisadas automaticamente. Sabe-se que X segue distribuição binomial com $n = 6$ e probabilidade de inconsistência igual a $\frac{1}{2}$.

A probabilidade de serem encontradas exatamente 2 inconsistências em uma amostra é:

- a) $\frac{3}{32}$
- b) $\frac{5}{32}$
- c) $\frac{15}{64}$
- d) $\frac{21}{64}$
- e) $\frac{25}{64}$

17. Em um estudo estatístico sobre o tempo necessário para conclusão de auditorias fiscais, verificou-se que a variável aleatória T , em dias, possui distribuição normal com média igual a 40 dias e desvio padrão igual a 5 dias.

Uma auditoria é selecionada aleatoriamente. A probabilidade de ela durar mais de 45 dias é aproximadamente:

Considere: $P(Z < 1) = 0,8413$

- a) 0,1587
- b) 0,3413
- c) 0,5000
- d) 0,6587
- e) 0,8413

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Vinicius Veleda

18. Dois capitais de mesmo valor são aplicados em uma instituição financeira na mesma data. Um dos capitais é aplicado, durante 1 ano, a uma taxa de 5% ao semestre, sob regime de juros compostos, e o outro, durante 105 dias, a uma taxa de 1% ao mês, sob regime de juros simples.

Sabendo que a soma dos juros das duas aplicações é igual a R\$ 3.025,00, o montante referente à aplicação sob o regime de capitalização composta supera o outro montante em:

- a) R\$ 1.425,00
- b) R\$ 1.485,00
- c) R\$ 1.500,00
- d) R\$ 1.575,00
- e) R\$ 1.600,00

19. Carlos fez um investimento a juros compostos no valor de R\$ 30.000,00, em janeiro de 2022, para resgate após 2 anos.

A taxa de inflação acumulada durante o primeiro ano foi de 6% ao ano e, durante o segundo ano, de 3% ao ano. A taxa real de juros contratada foi mantida constante em 4% ao ano.

O valor aproximado dos juros recebidos por Carlos nessa operação, em reais, foi:

- a) R\$ 5.430,00
- b) R\$ 5.550,00
- c) R\$ 5.675,00
- d) R\$ 6.000,00
- e) R\$ 6.230,00

20. Um investidor adquiriu um veículo no valor de R\$ 200.000,00, pagando 20% de entrada no ato da compra. O restante foi financiado em 80 prestações mensais e consecutivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de 1% ao mês, com a primeira parcela vencendo um mês após a aquisição.

Sabe-se que o valor da 10ª prestação é igual a R\$ 3.500,00.

O valor da 79ª prestação é:

- a) R\$ 2.140,00
- b) R\$ 2.130,00
- c) R\$ 2.120,00
- d) R\$ 2.110,00
- e) R\$ 2.100,00

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

21. O Governador do Estado “X” encaminhou projeto de lei ordinária à Assembleia Legislativa dispendo sobre organização administrativa da Procuradoria-Geral do Estado, criação de cargos efetivos e aumento de remuneração de servidores públicos estaduais. Durante a tramitação, parlamentares estaduais apresentaram emendas ampliando o número de cargos previstos originalmente e majorando ainda mais os vencimentos das carreiras abrangidas pelo projeto. Após regular aprovação legislativa e sanção governamental, a norma passou a ser questionada judicialmente.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida lei é

- a) integralmente constitucional, pois o poder de emenda parlamentar é ilimitado em projetos de iniciativa reservada, desde que haja pertinência temática com a proposição original.
- b) parcialmente inconstitucional, porque parlamentares não podem apresentar emendas em projetos de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, ainda que não haja aumento de despesa.
- c) constitucional, pois a sanção do Governador supre eventual vício de iniciativa e convalida o aumento de despesa promovido pelo Legislativo estadual.
- d) parcialmente inconstitucional, pois as emendas parlamentares em projetos de iniciativa reservada somente são admissíveis quando guardarem pertinência temática e não acarretarem aumento de despesa.
- e) integralmente inconstitucional, pois projetos relativos à organização administrativa estadual somente podem ser discutidos e votados sem qualquer possibilidade de alteração parlamentar.

22. Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado “Y”, com prazo certo e objeto delimitado, aprovou requerimento determinando diretamente a interceptação telefônica de diversos investigados, sob o fundamento de que as CPIs possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Em seguida, também determinou a quebra de sigilo bancário e fiscal de empresas supostamente envolvidas em fraudes tributárias.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a CPI estadual

- a) pode determinar tanto a interceptação telefônica quanto a quebra de sigilo bancário e fiscal, pois seus poderes investigatórios equivalem integralmente aos do Poder Judiciário.
- b) pode determinar a quebra de sigilo bancário e fiscal mediante decisão fundamentada, mas não possui competência para decretar interceptação telefônica.
- c) não pode decretar qualquer espécie de quebra de sigilo, pois tais medidas submetem-se à cláusula de reserva absoluta de jurisdição.
- d) somente poderia determinar interceptação telefônica se houvesse autorização posterior do Tribunal de Justiça estadual competente.
- e) pode determinar interceptação telefônica, desde que a medida seja aprovada pela maioria absoluta dos membros da comissão parlamentar de inquérito.

23. Lei estadual de iniciativa parlamentar criou novas atribuições para secretaria do Poder Executivo e determinou a criação de órgão administrativo voltado à fiscalização tributária digital.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida lei é

- a) constitucional, porque os estados possuem autonomia para definir livremente sua estrutura administrativa.
- b) constitucional, desde que a lei tenha sido aprovada pela maioria absoluta da Assembleia Legislativa.
- c) inconstitucional, por violar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para leis sobre organização administrativa.
- d) constitucional, porque a criação de órgãos públicos depende apenas de previsão orçamentária suficiente.
- e) inconstitucional apenas se houver aumento efetivo de despesa pública.

24. Diante da ausência de lei federal sobre normas gerais em matéria de proteção e defesa da saúde, o Estado “Z” editou lei disciplinando integralmente o tema em seu território. Posteriormente, foi editada lei federal estabelecendo normas gerais sobre a mesma matéria, contendo disposições parcialmente incompatíveis com a legislação estadual anterior.

À luz da Constituição Federal, a superveniência da lei federal

- a) revoga integralmente a lei estadual anterior, pois a competência da União para editar normas gerais prevalece hierarquicamente sobre a competência suplementar dos estados.
- b) suspende a eficácia da lei estadual apenas no que for contrário às normas gerais federais, permanecendo válidas as disposições compatíveis.
- c) torna automaticamente inconstitucional toda a legislação estadual editada anteriormente no exercício da competência legislativa plena.
- d) impede os estados de legislarem suplementarmente sobre aspectos específicos da matéria após a edição da norma geral federal.
- e) suspende integralmente a eficácia da lei estadual até que o ente federativo adapte formalmente sua legislação aos parâmetros federais.

25. O Presidente da República editou medida provisória instituindo novo tributo federal e disciplinando matéria relativa a direito processual civil. O Congresso Nacional iniciou a apreciação da medida, que ainda se encontrava em vigor dentro do prazo constitucional.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que a medida provisória

- a) é integralmente constitucional, pois medidas provisórias podem tratar de qualquer matéria urgente e relevante, desde que submetidas posteriormente ao Congresso Nacional.
- b) é inconstitucional apenas quanto à instituição do tributo, porque matéria tributária exige obrigatoriamente lei complementar.

c) é integralmente inconstitucional, porque medidas provisórias não podem disciplinar matéria tributária nem processual.

d) é constitucional apenas quanto à matéria processual civil, pois a criação de tributos depende de prévia autorização legislativa específica.

e) é parcialmente inconstitucional, pois medida provisória não pode tratar de direito processual civil, embora possa instituir tributo, observadas as limitações constitucionais.

26. O Procurador-Geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal questionando lei federal editada antes da promulgação da CF/1988, sob o argumento de incompatibilidade material com a atual ordem constitucional.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que a ação

- a) não é cabível, porque lei anterior à Constituição vigente não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade em face da nova ordem constitucional.
- b) é cabível, pois toda norma incompatível com a Constituição de 1988 deve ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) é cabível apenas se a norma questionada tiver sido recepcionada formalmente pela Constituição vigente.
- d) não é cabível, porque o controle concentrado de constitucionalidade somente alcança emendas constitucionais e leis posteriores à Constituição.
- e) é cabível somente se houver controvérsia judicial relevante acerca da recepção da norma pela Constituição de 1988.

27. O Estado Alfa, alegando insuficiência orçamentária, deixou de ampliar vagas gratuitas no ensino superior público, embora a Constituição estabeleça como diretriz a progressiva universalização do acesso à educação. No mesmo período, foi editada lei estadual autorizando universidades públicas estaduais a cobrarem mensalidade de seus estudantes.

À luz da teoria das normas constitucionais programáticas, é correto afirmar que a norma constitucional invocada

- a) não possui eficácia jurídica enquanto não editada lei integrativa, razão pela qual não pode limitar escolhas legislativas nem administrativas.
- b) assegura direito subjetivo positivo imediato à abertura universal de vagas, independentemente da realidade orçamentária do Estado.
- c) impede qualquer margem de conformação legislativa, pois toda norma programática produz os mesmos efeitos das normas de eficácia plena.
- d) possui eficácia jurídica, podendo impedir atos normativos contrários aos seus fins, embora não gere, em regra, direito subjetivo positivo imediato.
- e) serve apenas como orientação política, sem aptidão para controle de constitucionalidade ou revogação de normas anteriores incompatíveis.

28. Durante auditoria sobre programa de incentivos fiscais do Estado de Goiás, o Tribunal de Contas estadual, por iniciativa própria, requisitou documentos da Secretaria da Economia e de sociedade empresária beneficiária de subvenção pública. O Secretário alegou que o controle externo caberia exclusivamente à Assembleia Legislativa, que o Tribunal de Contas não poderia fiscalizar renúncia de receitas e que suas atribuições se limitariam à emissão de parecer prévio sobre contas anuais do Governador.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) o Secretário tem razão, pois o Tribunal de Contas atua apenas quando provocado pela Assembleia Legislativa e não fiscaliza particulares.

- b) o Secretário tem razão apenas quanto à renúncia de receitas, pois o controle externo incide sobre despesas, contratos e atos de pessoal.

- c) o Tribunal de Contas pode fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão, inclusive subvenções e renúncias de receitas.

- d) o Tribunal de Contas somente pode emitir parecer prévio sobre contas anuais, cabendo à Assembleia julgar todas as contas públicas.

- e) o Tribunal de Contas pode fiscalizar a Secretaria, mas não a empresa privada, ainda que ela administre recursos ou valores públicos.

29. A Secretaria da Economia de Goiás praticou ato administrativo contrário a enunciado de súmula vinculante do STF. O contribuinte, sem recorrer administrativamente, ajuizou reclamação diretamente no Supremo Tribunal Federal.

Nessa situação, a reclamação

- a) é cabível de imediato, pois qualquer ato administrativo contrário à súmula vinculante autoriza acesso direto ao STF.

- b) é incabível no momento, pois, contra ato da Administração Pública, exige-se o esgotamento das vias administrativas.

- c) é incabível em absoluto, pois súmula vinculante obriga apenas os órgãos do Poder Judiciário.

- d) deve ser proposta perante o Tribunal de Justiça local, pois o ato foi praticado por autoridade estadual.

- e) depende de prévia autorização do Senado Federal, pois a súmula vinculante possui efeito normativo nacional.

30. O prefeito de determinado Município goiano, no exercício do primeiro mandato, pretende candidatar-se à reeleição. Sua esposa, servidora pública estadual, deseja concorrer ao cargo de vereadora no mesmo Município, sem que tenha havido dissolução do vínculo conjugal.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, a candidatura da esposa é

- a) permitida, pois a inelegibilidade reflexa não alcança eleições proporcionais municipais.
- b) permitida, pois o prefeito está no primeiro mandato e pode concorrer regularmente à reeleição.
- c) vedada, pois cônjuge de chefe do Executivo é inelegível no território de jurisdição do titular.
- d) vedada apenas se o prefeito renunciar ao mandato nos seis meses anteriores ao pleito.
- e) permitida, desde que a esposa se afaste do cargo público estadual antes do registro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. O Estado X adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Y, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca. A sociedade de economia mista Y, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal. Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.

- c) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.
- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

32. A Empresa Eventos S.A. estava organizando grande show, em estádio de futebol, com o objetivo de auferir lucros pela exploração do evento. Preocupada com a segurança, a empresa informou às autoridades policiais sobre a data e o local, uma vez que a ampla circulação de pessoas poderia causar tumultos e aumentar a quantidade de crimes, como furtos e roubos.

A autoridade policial, todavia, informou que lei estadual exigia, nesses casos, a cobrança de taxa de segurança de eventos – TSE. Irresignada, a Empresa Eventos S.A. questionou o seu advogado sobre a constitucionalidade da referida taxa.

Considerando a jurisprudência do STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) A atividade tem natureza divisível, uma vez que a demanda pela segurança decorre de forma direta e específica da realização do evento, justificando a instituição da taxa de segurança de eventos.
- b) A Constituição Federal admite a instituição de taxa em razão do exercício do poder de polícia, sendo que não se justifica o custeio de atividade de policiamento, em evento lucrativo, por meio dos impostos.
- c) É inconstitucional a cobrança de taxa de segurança para eventos, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.
- d) A cobrança de taxa de segurança de eventos é constitucional, desde que a sua instituição seja vinculada à realização de eventos lucrativos, reservando-se o custeio do policiamento de eventos não lucrativos aos impostos.
- e) A taxa de segurança de eventos poderá ser exigida, desde que o seu produto seja investido no custeio e aperfeiçoamento da atividade policial.

33. A respeito do concurso público e do direito à nomeação, nos termos da previsão constitucional, assinale a opção correta:

- a) o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital possui, como regra, direito subjetivo à nomeação, independentemente de situações excepcionais.
- b) a prorrogação do concurso pode ocorrer mesmo após encerrado o prazo inicial de validade.
- c) o candidato aprovado fora do número de vagas sempre possui direito subjetivo à nomeação.
- d) o candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital nunca possui direito subjetivo à nomeação.
- e) a superveniente extinção dos cargos em razão da superação do limite prudencial de gastos com pessoal, desde que anterior ao término do prazo de validade do concurso e devidamente motivada, justifica a mitigação do direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas.

34. Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações feitas pela Lei nº 14.230/2021), os acordos de não persecução civil podem ser propostos pelo Ministério Público, conforme as circunstâncias do caso concreto, observadas algumas condições. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- a) não pode haver previsão de que haverá reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida quando oriunda de agentes privados.
- b) antes da propositura da ação, é obrigatória a oitiva do ente federativo lesado acerca da aceitação dos termos do acordo.
- c) é dispensada a homologação judicial do acordo, caso haja participação do Ministério Público na celebração.
- d) o dano deve ser ressarcido parcialmente, para que seja autorizada a celebração do acordo.

e) é permitida a celebração do acordo no momento da execução da sentença condenatória.

35. João é o responsável pela condução dos procedimentos licitatórios na autarquia Delta e planejava contratar profissional para a elaboração de estudos técnicos para fins de planejamento de obras a serem realizadas nos anos subsequentes. Nos estudos preliminares, o orçamento para a contratação do projeto ficou estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e notou-se que diferentes profissionais poderiam prestar o serviço. Alguns meses depois, os órgãos de controle realizaram auditoria na autarquia Delta, concluindo que o procedimento de contratação foi correto, pois atendeu ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, pode-se dizer que a solução adotada por João foi lícita se:

- a) adotada mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que o Tribunal de Contas da União entende que a elaboração de projetos guarda singularidade entre os diferentes profissionais, motivo pelo qual a realização de procedimento competitivo será sempre inviável.
- b) adotada a modalidade concorrência, em virtude do valor estimado da contratação, já que a hipótese extrapola o limite legal para a dispensa de licitação ou para a utilização das demais modalidades de licitação definidas na Lei nº 14.133/2021.
- c) adotada a modalidade pregão, pelo critério de técnica e preço, dada a natureza comum do serviço de elaboração de projetos, hipótese em que a referida modalidade de licitação se torna obrigatória.
- d) a licitação seguiu a modalidade concurso, pelo critério de julgamento de técnica e preço, com adoção da ponderação entre as propostas de técnica e de preço apresentadas pelos interessados.
- e) o critério de julgamento foi o de técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, ou de melhor técnica.

36. Quanto às características dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) não admitem alteração, pois suas cláusulas são imutáveis após a assinatura.
- b) não possuem finalidade pública quando o particular é diretamente beneficiado pelo contrato.
- c) são sempre informais e podem ser verbais em qualquer hipótese.
- d) não admitem subcontratação em nenhuma situação, ainda que parcial e autorizada pela Administração.
- e) possuem, como principal característica, a presença de cláusulas exorbitantes, que representam prerrogativas de direito público da Administração.

37. Acerca do pedido de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o interessado deve sempre apresentar os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- b) o órgão ou entidade pública poderá conceder acesso apenas após o prazo de 20 dias, ainda que a informação esteja disponível.
- c) o prazo de resposta, quando não for possível conceder acesso imediato, será sempre improrrogável.
- d) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- e) o serviço de busca e de fornecimento de informação será sempre oneroso, com o pagamento dos custos correspondentes.

38. Acerca dos princípios aplicáveis às atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta:

- a) a necessidade permite o tratamento de dados em quantidade superior à finalidade, desde que haja interesse econômico do controlador.
- b) a transparência dispensa informações claras sobre os agentes de tratamento quando houver interesse legítimo do controlador.
- c) a finalidade corresponde à realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- d) a segurança é limitada à proteção contra acessos não autorizados, sem abranger situações acidentais de perda ou alteração.
- e) a não discriminação admite o tratamento para fins discriminatórios quando houver consentimento do titular.

39. Suponha que determinado Estado da federação tenha delegado a prestação de um serviço público à sociedade de economia mista X, para a realização de obras e asfaltamento em rodovia estadual. O contrato de concessão também abrangia as atividades de operação e manutenção da rodovia. Ocorre que a sociedade de economia X acabou contraindo diversas dívidas, o que a forçou a transferir o controle societário para a sociedade empresária Y, que assumiu o controle de todas as operações, inclusive a concessão da rodovia estadual mencionada. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a medida é:

- a) constitucional, pois é a proposta mais vantajosa que vincula a Administração e, mantidos os seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automaticamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação.
- b) inconstitucional, pois a identidade do particular contratado guarda relação com o princípio da impessoalidade, que fundamenta as ações do poder público.
- c) inconstitucional, pois a Constituição Federal expressamente define que a concessão e a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de licitação.
- d) constitucional, desde que a anuência seja concedida mediante autorização legislativa específica.
- e) constitucional, uma vez que a Constituição admite a dispensa de licitação para concessão de serviços públicos, nos termos previstos em lei.

40. Sobre a responsabilidade civil do Estado em operações de segurança pública, nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o Estado é responsável na esfera cível por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco administrativo.

- b) a responsabilidade civil do Estado fica automaticamente afastada quando a perícia for inconclusiva sobre a origem do disparo fatal.
- c) cabe à vítima demonstrar, em qualquer hipótese, a inexistência de excludentes de responsabilidade civil.
- d) a responsabilidade civil do Estado em operações policiais depende sempre da comprovação de dolo do agente público.
- e) o Estado somente responde se houver condenação penal prévia do agente responsável pelo disparo.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

41. A Lei Complementar nº 101/2000, ao disciplinar a transparência da gestão fiscal, buscou ampliar o controle social sobre a atuação financeira do Estado, impondo ao poder público deveres de divulgação ativa de informações orçamentárias e financeiras. Nesse contexto, um dos mecanismos expressamente previstos para assegurar tal transparência consiste na:

- a) divulgação restrita de relatórios resumidos aos órgãos de controle interno e externo, em periodicidade previamente fixada em regulamento.
- b) disponibilização de demonstrativos anuais consolidados ao Poder Legislativo, dispensada a divulgação contínua ao público em geral.
- c) liberação, em meio eletrônico de amplo acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real.
- d) publicação de dados fiscais apenas após homologação pelo respectivo tribunal de contas, como condição de validade da informação.
- e) remessa periódica de balancetes financeiros ao Poder Legislativo, independentemente de sua disponibilização à sociedade.

42. A observância das exigências de transparência previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal não possui caráter meramente formal, mas representa condição relevante para a regularidade da gestão fiscal. Assim, o descumprimento das regras relativas à divulgação de informações em tempo real e à adoção de sistema integrado de administração financeira e controle poderá acarretar, para o ente federativo infrator:

- a) a aplicação automática de multa administrativa pessoal ao chefe do Poder Executivo, independentemente de apuração específica.
- b) a vedação ao recebimento de transferências voluntárias, enquanto perdurar a irregularidade.
- c) a intervenção da União no ente inadimplente, por afronta direta ao princípio da publicidade administrativa.
- d) a nulidade de todos os atos de execução orçamentária praticados durante o período de omissão informacional.
- e) a responsabilização penal imediata da autoridade competente, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

43. Considere as seguintes situações verificadas no curso da execução orçamentária de determinado ente federativo:

- I. superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação efetivamente verificado no exercício em curso;
- III. anulação parcial de dotações orçamentárias já existentes;
- IV. frustração da arrecadação estimada na Lei Orçamentária Anual;
- V. realização de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o atendimento da despesa.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, constituem recursos hábeis à abertura de créditos adicionais APENAS os indicados em

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e V.
- e) II, IV e V.

44. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, a Administração Pública constatou a necessidade de realizar despesa destinada à implantação de programa governamental não contemplado no orçamento vigente. Para viabilizar a medida, foi proposta a abertura do crédito adicional cabível, com indicação de recursos provenientes da anulação parcial de dotações já existentes.

Nessa situação, de acordo com a disciplina constitucional e com a Lei nº 4.320/1964, a abertura do crédito pretendido

- a) pode ser efetivada diretamente por decreto do Poder Executivo, desde que haja demonstração da necessidade administrativa e indicação da fonte de recursos.
- b) depende exclusivamente de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo dispensável lei específica e suficiente a edição de ato do Executivo.
- c) exige autorização legislativa prévia e indicação dos recursos disponíveis, podendo sua abertura ser posteriormente formalizada por decreto do Poder Executivo.
- d) somente seria admissível se os recursos decorressem de excesso de arrecadação, sendo inviável o uso de dotações anuladas para essa finalidade.
- e) prescinde de autorização legislativa quando a despesa estiver vinculada à implementação de programa considerado prioritário pela Administração.

Acerca dos assuntos PPA, LDO e LOA, julgue o item que se segue.

45. Ao disciplinar o sistema de planejamento e orçamento, a Constituição Federal estabelece relação de coerência entre os diversos instrumentos de programação governamental. Nesse sentido, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem guardar compatibilidade com o instrumento que expressa, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

À luz do texto constitucional, esses planos e programas

- a) prevalecem sobre o Plano Plurianual, caso haja divergência entre seus objetivos e metas.
- b) devem ser elaborados em consonância com o Plano Plurianual.
- c) substituem o Plano Plurianual quando possuem abrangência temática mais específica.
- d) vinculam diretamente a Lei Orçamentária Anual, ainda que não guardem aderência ao Plano Plurianual.
- e) independem de apreciação do Congresso Nacional, por possuírem natureza meramente administrativa.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

46. Com relação às associações e fundações, assinale a alternativa correta.

- a) A qualidade de associado é transmissível, salvo se o estatuto dispuser em sentido contrário.
- b) A exclusão do associado pode ser decretada por manifesto comportamento antissocial, assim reconhecido em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, independentemente de previsão estatutária.
- c) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou particular, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la
- d) Compete ao Tribunal de Contas do Estado onde a fundação estiver situada velar por sua fiscalização.
- e) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é necessário que a reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação.

47. Num contrato de locação imobiliária urbana, havia uma cláusula na qual se estipulou que as partes renunciariam expressamente à prescrição.

Com relação à cláusula em análise, é correto afirmar:

- a) Trata-se de uma cláusula proibida, porém seria admissível a estipulação de uma cláusula alterando o prazo prescricional legalmente previsto.
- b) Trata-se de uma cláusula proibida, sendo também proibida a estipulação de uma cláusula alterando o prazo prescricional legalmente previsto
- c) Trata-se de uma cláusula proibida, porém seria admissível a renúncia tácita da prescrição antes que esta viesse a se consumir.
- d) Trata-se de uma cláusula admissível, como também seria admissível a renúncia expressa da prescrição após ela vir a se consumir.
- e) Trata-se de uma cláusula admissível, porém seria proibida a renúncia expressa, ou tácita, da prescrição após ela vir a se consumir.

48. Alfredo, criança de 10 anos de idade, pegou um prego e riscou o carro de Luciana, que estava estacionado perto de sua casa.

Com relação ao prejuízo sofrido por Luciana, é correto afirmar que serão responsáveis civilmente:

- a) Os pais de Alfredo, na modalidade subjetiva, mas não Alfredo.
- b) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, mas não Alfredo.
- c) Os pais de Alfredo, na modalidade subjetiva, e Alfredo, subsidiariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.
- d) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, e Alfredo, subsidiariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.
- e) Os pais de Alfredo, na modalidade objetiva, e Alfredo, solidariamente, caso os primeiros não disponham de meios suficientes para pagar a indenização, e Alfredo conte com tais meios.

49. Acerca da posse, assinale a alternativa correta.

- a) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- b) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, mas não por terceiro sem mandato.
- c) A comprovação de propriedade pelo réu implica a improcedência do pedido feito pelo autor de proteção possessória.
- d) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, mas tem direito de receber indenização pelas despesas da produção e custeio.
- e) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, assistindo-lhe direito de retenção pela importância destas.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

50. João e Marina celebraram contrato social para exploração de atividade econômica organizada de produção e comercialização de móveis planejados, sob a forma de sociedade limitada, mas iniciaram imediatamente as atividades antes de promover a inscrição do ato constitutivo no registro próprio. Posteriormente, pretendem regularizar a situação e têm dúvidas sobre a aquisição da personalidade jurídica, a natureza da sociedade e a responsabilidade pelas obrigações assumidas nesse período inicial.

À luz do Código Civil, é correto afirmar que

- a) a sociedade limitada adquire personalidade jurídica com a assinatura do contrato social, sendo a inscrição no registro próprio exigida apenas para fins de publicidade perante terceiros.
- b) antes da inscrição do ato constitutivo no registro próprio, a sociedade será considerada sociedade em comum, aplicando-se, no que couber, o regime próprio das sociedades não personificadas.
- c) a exploração de atividade econômica organizada sob a forma de sociedade limitada impede sua classificação como sociedade empresária, pois a limitada é tipo próprio das sociedades simples.
- d) a ausência de inscrição do ato constitutivo não afeta a limitação de responsabilidade dos sócios, que permanece restrita ao valor de suas quotas desde a assinatura do contrato social.
- e) enquanto não inscrito o ato constitutivo, a sociedade limitada será considerada sociedade por ações em organização, respondendo os sócios apenas se houver previsão expressa no contrato.

51. Uma sociedade empresária nomeou Lara e Marcelo como gerentes permanentes de sua filial em Goiânia. O instrumento de nomeação atribuía a ambos poderes de gestão ordinária, mas previa que contratos de aquisição de mercadorias para revenda em valor superior a R\$ 300.000,00 deveriam ser assinados conjuntamente pelos dois gerentes. Essa limitação não foi arquivada nem averbada no Registro Público de Empresas Mercantis. Marcelo, isoladamente, celebrou contrato de compra de mercadorias no valor de R\$ 420.000,00 com fornecedor que desconhecia a restrição e não tinha elementos para conhecê-la.

À luz do Código Civil, é correto afirmar que

- a) a sociedade empresária não se vincula ao contrato, pois, havendo estipulação diversa quanto ao exercício dos poderes, fica afastada a solidariedade entre os gerentes perante quaisquer terceiros.
- b) a sociedade empresária somente se vincula ao contrato se o fornecedor comprovar que Marcelo recebeu poderes especiais para a prática daquele ato, ainda que se trate de aquisição de mercadorias destinadas à atividade ordinária da filial.
- c) a limitação de poderes é oponível ao fornecedor, porque constava de instrumento escrito de nomeação, sendo o arquivamento e a averbação exigidos apenas para a revogação ou modificação posterior do mandato.
- d) a sociedade empresária se vincula ao contrato, pois a limitação contida na outorga de poderes do gerente somente pode ser oposta a terceiro se arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo prova de que era conhecida por quem tratou com o gerente.
- e) a obrigação deve ser imputada exclusivamente a Marcelo, pois o gerente, embora seja preposto permanente, não pratica atos em nome do preponente, mas apenas atos materiais de auxílio à empresa.

52. Determinada sociedade empresária, preenchendo os requisitos legais para requerer recuperação judicial, pretende submeter à

homologação judicial plano de recuperação extrajudicial destinado a abranger créditos com garantia real e créditos quirografários, constituídos até a data do pedido de homologação. No momento da distribuição do pedido, a devedora comprova a anuência de credores que representam pelo menos um terço dos créditos de cada uma das espécies abrangidas e assume o compromisso de, no prazo legal, atingir o quórum necessário para que o plano obrigue todos os credores por ele abrangidos. Além disso, pretende que a suspensão de ações e execuções alcance também credores tributários e proprietários fiduciários não incluídos no plano.

À luz da Lei nº 11.101/2005, é correto afirmar que

- a) o plano poderá abranger créditos tributários e créditos de proprietários fiduciários, desde que a devedora comprove a adesão de credores que representem mais da metade do valor total de todos os créditos existentes na data do pedido.
- b) a comprovação de anuência de pelo menos um terço dos créditos de cada espécie abrangida já é suficiente para que o plano, desde a distribuição do pedido, obrigue definitivamente todos os credores abrangidos, dispensada a obtenção posterior de novo quórum.
- c) a suspensão das ações e execuções, na recuperação extrajudicial, aplica-se desde o pedido a todos os credores da devedora, sujeitos ou não ao plano, como consequência necessária da preservação da empresa.
- d) o pedido poderá ser apresentado com anuência de credores que representem pelo menos um terço de todos os créditos de cada espécie abrangida, com compromisso de atingir, no prazo legal, o quórum de mais da metade; a suspensão do art. 6º aplica-se desde o pedido exclusivamente às espécies de crédito abrangidas pelo plano e deverá ser ratificada pelo juiz se comprovado o quórum inicial.
- e) os créditos não incluídos no plano devem ser considerados para apuração do quórum de aprovação, embora não possam sofrer redução de valor, admitindo-se apenas a alteração de suas condições originais de pagamento.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

53. Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de crimes permanentes ou continuados, a lei penal mais severa é inaplicável se a sua vigência for posterior ao início da execução da conduta delituosa.
- b) Para fins de aplicação da lei penal brasileira, consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras de natureza pública ou que estejam a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- c) A superveniência de lei que descriminaliza a conduta (*abolitio criminis*) gera a extinção da punibilidade, fazendo cessar imediatamente a execução da pena e todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- d) Sujeitam-se à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública praticados por quem está a seu serviço, desde que o agente ingresse em território nacional e o fato seja punível também no país de origem.
- e) O ordenamento jurídico pátrio adota a teoria da atividade para determinar o lugar do crime, considerando-o praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do local onde se produziu o resultado.

54. Em relação aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A falsificação material de livros mercantis ou de ações de sociedade comercial sujeita o agente às penas do crime de falsificação de documento público.
- b) A conduta de omitir, em documento particular, declaração que dele devia constar, com o fim de criar obrigação, configura o crime de falsificação de documento particular.

- c) Para fins penais, o cartão de crédito e o cartão de débito são equiparados a documento particular.
- d) O crime de falsidade ideológica é classificado como crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, ainda que a falsidade recaia sobre documento emitido por ente público.
- e) Aquele que expõe à venda, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário falsificado receberá a mesma pena daquele que falsificou o selo.

55. Tércio, ciente de que Marina aguardava a aprovação de uma licença ambiental para sua empresa, procurou a empresária solicitando a quantia de R\$ 10.000,00. Na ocasião, Tércio alegou que utilizaria sua suposta proximidade com o servidor responsável pela análise, o fiscal Arnaldo, para garantir o deferimento rápido do pedido. Ele mencionou expressamente que metade do valor seria repassada ao fiscal para "facilitar" o processo. Tércio, na realidade, sequer conhecia o servidor e não possuía qualquer influência sobre ele. Marina, desconfiada, não efetuou o pagamento e denunciou o fato. Diante do caso hipotético, Tércio responderá por:

- a) tráfico de influência, consumado, com aumento de pena de metade.
- b) tráfico de influência, tentado, sem incidência de majorante.
- c) tráfico de influência, tentado, com aumento de pena de metade.
- d) tráfico de influência, consumado, sem incidência de majorante.
- e) corrupção ativa, consumada.

ECONOMIA*Amanda Aires*

56. Uma firma opera em concorrência perfeita no curto prazo, apresentando a seguinte estrutura de custos: Custo Fixo Total (CFT) = R\$ 4.800,00; Custo Variável Médio Mínimo (CVMeMin) = R\$ 18,00; Custo Marginal (CMg) = $0,4Q + 18$. O preço de mercado é $P = R\$ 26,00$. Com base nessas informações e nos conceitos da teoria neoclássica da firma, analise as afirmativas abaixo: I. A quantidade ótima de produção que maximiza o lucro da firma é de 20 unidades. II. A firma obtém lucro econômico positivo no curto prazo, devendo manter a produção. III. O excedente do produtor no ponto de maximização do lucro equivale à diferença entre a receita total e o custo variável total, sendo superior ao lucro econômico pelo montante do custo fixo. IV. Se o preço caísse para R\$ 18,00, a firma estaria no ponto de fechamento, pois $P = CVMeMin$, tornando indiferente produzir ou não no curto prazo. Estão corretas APENAS as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) III e IV.

57. Um monopolista defronta-se com a seguinte curva de demanda inversa: $P = 120 - 2Q$, e possui função de Custo Total $CT = Q^2 + 12Q + 100$. O governo cogita impor sobre esse mercado um imposto específico de $t = R\$ 10,00$ por unidade vendida. Considerando os conceitos de equilíbrio de monopólio, peso morto e incidência econômica do imposto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Antes do imposto, o monopolista produz $Q = 18$ unidades e pratica preço $P = R\$ 84,00$, com peso morto de R\$ 648,00.
- b) Após o imposto, o preço sobe para R\$ 89,00, indicando que o consumidor absorve R\$ 5,00 do imposto e o produtor R\$ 5,00.

c) O peso morto gerado pelo imposto é de R\$ 12,50, resultado da redução de 2,5 unidades na quantidade de equilíbrio.

d) Antes do imposto, $Q^* = 18$, $P^* = R\$ 84,00$; após o imposto, $Q^{**} = 16,33$, $P^{**} = R\$ 87,34$, e o consumidor arca com R\$ 3,34 do imposto.

e) O imposto eleva o preço de equilíbrio para R\$ 94,00, transferindo integralmente o ônus ao consumidor, pois o monopolista possui poder de mercado suficiente para repassar 100% do tributo.

58. A estrutura de mercado de concorrência monopolística distingue-se das demais por combinar elementos de concorrência e poder de mercado. Uma firma representativa nesse mercado apresenta, no curto prazo, a seguinte situação: Preço (P) > Custo Médio Total (CMeT) no ponto de produção que maximiza o lucro. No longo prazo, após o ajuste via livre entrada e saída de firmas, analise as afirmativas: I. No longo prazo, a livre entrada de novas firmas erode o lucro econômico até zero, pois a curva de demanda individual se desloca para a esquerda até ser tangente à curva de Custo Médio Total no ponto de maximização do lucro. II. O equilíbrio de longo prazo da concorrência monopolística ocorre onde $P = CMeT$, mas $P > CMg$, o que implica que a firma opera com excesso de capacidade em relação ao ponto de mínimo eficiente de escala. III. O excesso de capacidade é uma ineficiência exclusiva da concorrência monopolística e nunca ocorre em oligopólios, pois nesses mercados as firmas sempre produzem no mínimo do custo médio. IV. A diferenciação de produto na concorrência monopolística pode gerar ganhos de bem-estar ao consumidor em termos de variedade que, em determinadas circunstâncias, compensam a ineficiência alocativa decorrente do markup ($P > CMg$). Estão corretas APENAS as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

59. A teoria do bem-estar econômico e a análise de eficiência de Pareto são centrais na avaliação de políticas públicas. Considere um mercado competitivo com as seguintes funções: Demanda: $Q_d = 200 - 2P$; Oferta: $Q_s = 3P - 50$. O governo implanta um preço mínimo de R\$ 60,00. Analise as afirmativas: I. O equilíbrio sem intervenção ocorre em $P^* = R\$ 50,00$ e $Q^* = 100$ unidades. II. Com o preço mínimo de R\$ 60,00, há excesso de oferta de 70 unidades no mercado. III. A perda de bem-estar (peso morto) gerada pelo preço mínimo é de R\$ 250,00. IV. O excedente do consumidor se reduz em mais do que o excedente do produtor aumenta, confirmando a ineficiência alocativa da política. A sequência CORRETA de Verdadeiro (V) e Falso (F), de cima para baixo, é:

- a) V, V, V, V.
- b) V, F, V, V.
- c) V, V, F, V.
- d) F, V, V, F.
- e) V, V, V, F.

60. A Contabilidade Nacional registra as transações econômicas de um país segundo identidades macroeconômicas fundamentais. Considere os seguintes dados de uma economia aberta (em R\$ bilhões): Consumo das Famílias (C) = 1.200; Investimento Bruto (I) = 350; Gastos do Governo (G) = 480; Exportações (X) = 290; Importações (M) = 320; Renda Líquida do Exterior (RLE) = -40; Transferências ao Exterior (TE) = 15; Depreciação (D) = 60; Impostos indiretos – subsídios = 25. Com base nas Contas Nacionais do Brasil e nas identidades macroeconômicas, é CORRETO afirmar:

- a) O PIB a preços de mercado é de R\$ 2.000 bilhões e o PNB é igual ao PIB, pois as transferências líquidas ao exterior se anulam com a RLE.
- b) A Poupança Nacional é de R\$ 325 bilhões, e o resultado em Transações Correntes do Balanço de Pagamentos apresenta superávit de R\$ 70 bilhões.
- c) O Produto Nacional Líquido a custo de fatores (PNLcf) é de R\$ 1.875 bilhões, após dedução dos impostos indiretos líquidos de subsídios.
- d) O saldo em Transações Correntes é de -R\$ 85 bilhões, refletindo que a absorção doméstica supera o PIB pelo mesmo montante.
- e) A Renda Nacional Disponível Bruta (RNDB) é de R\$ 1.935 bilhões, calculada a partir do PNB adicionado das transferências correntes líquidas recebidas do exterior.

61. O modelo IS-LM-BP (Mundell-Fleming) é aplicável ao estudo de políticas macroeconômicas em economias abertas. Considere uma pequena economia aberta com câmbio FIXO e mobilidade perfeita de capitais. O governo anuncia uma política de expansão fiscal (aumento dos gastos públicos sem alteração de impostos), sem intervenção da autoridade monetária. Analisando exclusivamente os efeitos de médio prazo sobre produto, taxa de juros, oferta monetária e Balanço de Pagamentos, a sequência de eventos CORRETA é:

- a) A curva IS desloca-se para a direita; a taxa de juros doméstica sobe acima da taxa internacional; há entrada de capitais; o Banco Central compra divisas para manter o câmbio, expandindo a base monetária; a LM desloca-se para a direita; o produto aumenta significativamente.
- b) A curva IS desloca-se para a direita; a taxa de juros sobe; a LM desloca-se para a esquerda para compensar; o produto retorna ao nível inicial; o efeito crowding-out é total, como no modelo keynesiano padrão.
- c) A curva IS desloca-se para a direita; com câmbio fixo e mobilidade perfeita de capitais, a política fiscal é totalmente ineficaz e o produto não se altera, pois o crowding-out via taxa de câmbio cancela integralmente o estímulo.
- d) A curva IS desloca-se para a esquerda, pois o aumento dos gastos do governo desloca recursos do setor privado; o produto cai; o saldo em Transações Correntes melhora; há saída de capitais.
- e) A política fiscal é plenamente eficaz apenas se acompanhada de expansão monetária simultânea; de outra forma, a taxa de juros interna converge para a taxa internacional sem alteração do produto.

62. A teoria quantitativa da moeda e os modelos de determinação do nível de preços são temas recorrentes em concursos de alta complexidade. Considere que uma economia apresenta os seguintes dados anuais: Oferta Monetária (M) = R\$ 500 bilhões; Velocidade de Circulação da Moeda (V) = 4; PIB Real (Y) = R\$ 800 bilhões; taxa de crescimento do produto real esperada para o próximo ano: 3%; meta de inflação: 2%. A autoridade monetária deseja calibrar a taxa de crescimento da oferta monetária para o próximo ano de modo a atingir exatamente a meta de inflação. Considerando a equação de trocas de Fisher ($MV = PY$) em sua versão dinâmica e supondo velocidade de circulação constante, é CORRETO afirmar:

- a) O nível atual de preços é $P = R\$ 2,00$ e a taxa de crescimento necessária da oferta monetária é de 5%, de modo que $\Delta M/M = \Delta \pi + \Delta Y/Y = 2\% + 3\%$.
- b) O nível atual de preços é $P = R\$ 2,50$ e a taxa de crescimento necessária da oferta monetária é de 4%, pois $\Delta M/M = \Delta \pi + \Delta Y/Y = 2\% + 3\%$, descontando a variação da velocidade.
- c) O nível atual de preços é $P = R\$ 2,50$ e a taxa de crescimento necessária da oferta monetária é de 5%, de modo que $\Delta M/M = \text{meta de inflação} + \text{crescimento real} = 2\% + 3\%$.
- d) O nível atual de preços é $P = R\$ 2,50$ e a taxa de crescimento necessária é de 3%, pois a oferta monetária deve crescer apenas no ritmo do produto real para neutralizar pressões inflacionárias.
- e) O nível atual de preços é $P = R\$ 2,00$ e a taxa de crescimento necessária da oferta monetária é de 3%, pois apenas o crescimento do produto real deve ser acomodado monetariamente.

63. A Curva de Laffer relaciona alíquotas tributárias e arrecadação governamental, tendo importantes implicações para a política fiscal. Considere as proposições sobre tributação e comportamento econômico dos agentes: I. A Curva de Laffer implica que reduções de alíquota SEMPRE aumentam a arrecadação, pois o efeito-incentivo sobre a base tributável domina o efeito-alíquota. II. A alíquota que maximiza a arrecadação (t^*) não é necessariamente a alíquota ótima do ponto de vista do bem-estar social, pois pode gerar peso morto superior ao necessário para financiar bens públicos eficientemente. III. No trecho ascendente da Curva de Laffer, reduções de alíquota reduzem a arrecadação; no trecho descendente, elevações de alíquota também a reduzem. IV. A existência de evasão fiscal e economia informal pode deslocar a alíquota de máxima arrecadação para um nível inferior ao que prevaleceria na ausência dessas distorções. Estão corretas APENAS as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e IV.

64. A análise de incidência tributária distingue entre incidência legal (formal) e incidência econômica (efetiva). Um estado cogita ampliar a alíquota do ICMS sobre combustíveis, bem cujas elasticidades estimadas são: Elasticidade-preço da Demanda (E_d) = $-0,25$ e Elasticidade-preço da Oferta (E_s) = $1,75$. A alíquota ad valorem passaria de 17% para 25%, incidindo sobre o preço final de R\$ 6,00 por litro. Com base na teoria econômica da incidência tributária e nos cálculos pertinentes, é CORRETO afirmar:

- a) A incidência sobre o consumidor é de aproximadamente 87,5% do imposto, dado que a demanda é mais inelástica que a oferta em termos absolutos.
- b) A incidência é dividida igualmente entre consumidores e produtores, pois as elasticidades são simétricas em torno da unidade.
- c) A incidência total recai sobre o produtor, pois a demanda inelástica impede qualquer transferência do ônus tributário ao consumidor via elevação de preços.
- d) O peso morto gerado pela elevação da alíquota de 17% para 25% é irrelevante, pois a demanda inelástica implica perda de eficiência próxima de zero em qualquer nível de tributação.
- e) A incidência sobre o consumidor é de 50%, pois o ICMS é um imposto indireto e, por disposição legal, recai igualmente sobre as partes da transação.

65. A Reforma Tributária brasileira, consolidada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, introduziu profundas transformações na tributação sobre o consumo. No contexto da teoria econômica da tributação, especialmente dos conceitos de tributação sobre valor adicionado (IVA), eficiência alocativa e equidade, analise as afirmativas: I. O IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) têm natureza de impostos sobre valor adicionado (IVA) dual, o que, em teoria, minimiza o efeito cascata e as distorções alocativas típicas dos tributos cumulativos como o antigo PIS/COFINS não-cumulativo. II. O mecanismo de Cashback (devolução personalizada do IBS e CBS) previsto na LC 214/2025 constitui, do ponto de vista econômico, um instrumento de redistribuição de renda que visa corrigir a regressividade inerente aos impostos sobre consumo, aproximando o sistema de uma tributação com maior equidade vertical. III. A manutenção de alíquotas reduzidas (30% e 60%) e alíquota zero para determinados bens e serviços, embora justificada por critérios de equidade e essencialidade, implica renúncia de eficiência alocativa segundo a Regra de Ramsey, uma vez que bens essenciais tendem a ter demanda inelástica e deveriam, pela lógica da eficiência pura, suportar alíquotas mais elevadas. IV. O Imposto Seletivo (IS), previsto na EC 132/2023 sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, tem fundamentação econômica baseada exclusivamente na maximização da arrecadação, sem relação com a teoria das externalidades negativas. Estão corretas APENAS as afirmativas:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

CONTABILIDADE GERAL*Gilmar Possati*

66. A Cia. Goiana de Alimentos, contribuinte do ICMS e do IPI, adquiriu em 10/02/2026 um lote de matérias-primas para seu processo produtivo. Os dados da Nota Fiscal do fornecedor foram:

- Preço das mercadorias: R\$ 300.000
- IPI destacado (10%): R\$ 30.000
- ICMS destacado (17%): R\$ 51.000
- PIS e COFINS (regime não cumulativo - 9,25%): R\$ 27.750

Adicionalmente, a empresa pagou R\$ 10.000 de frete para o transporte até a fábrica (sem ICMS recuperável sobre o frete neste caso) e R\$ 5.000 de seguro. Sabe-se que a empresa recupera integralmente o ICMS, o PIS, a COFINS e o IPI.

Com base na NBC TG 16 (R2), o valor a ser registrado no estoque de matérias-primas é:

- a) R\$ 236.250
- b) R\$ 221.250
- c) R\$ 251.250
- d) R\$ 266.250
- e) R\$ 315.000

67. Em 01/07/2024, a Cia. Cerrado adquiriu um veículo por R\$ 150.000. A vida útil foi estimada em 5 anos e o valor residual em R\$ 30.000. A empresa utiliza o método linear. Em 31/12/2025, após a contabilização da depreciação do período, a empresa vendeu o veículo por R\$ 110.000 à vista.

O resultado líquido apurado na baixa desse ativo foi:

- a) Ganho de capital de R\$ 2.000
- b) Perda de capital de R\$ 4.000
- c) Ganho de capital de R\$ 14.000
- d) Perda de capital de R\$ 10.000
- e) Ganho de capital de R\$ 110.000

68. A Cia. Fiscalista foi citada em três processos judiciais em 31/12/2025. O departamento jurídico apresentou o seguinte relatório:

1. Causa Trabalhista: Risco de perda avaliado como provável, valor estimado de R\$ 200.000.
2. Causa Tributária: Risco de perda avaliado como possível, valor estimado de R\$ 500.000.
3. Causa Cível: Risco de perda avaliado como remoto, valor estimado de R\$ 1.000.000.

Com base na NBC TG 25 (R2), a empresa deve:

- a) Reconhecer uma provisão de R\$ 1.700.000 no passivo.
- b) Reconhecer uma provisão de R\$ 700.000 e divulgar o processo cível em notas explicativas.
- c) Reconhecer uma provisão de R\$ 200.000 e divulgar o processo tributário em notas explicativas.
- d) Apenas divulgar os três processos em notas explicativas, sem reconhecimento no passivo.
- e) Reconhecer uma provisão de R\$ 200.000 e não realizar nenhuma divulgação adicional.

69. A Cia. Audazes investiu em um projeto para o desenvolvimento de um novo software de gestão. Durante o ano de 2025, os gastos foram os seguintes:

- Janeiro a Março: Gastos com a busca de novos conhecimentos e alternativas de materiais: R\$ 100.000.
- Abril a Junho: Gastos com o design do software e construção de protótipos, antes de a empresa demonstrar a viabilidade técnica do projeto: R\$ 150.000.
- Julho a Dezembro: Gastos incorridos após a comprovação da viabilidade técnica, intenção de concluir o ativo e disponibilidade de recursos (Fase de Desenvolvimento): R\$ 400.000.

Com base na NBC TG 04 (R1), o valor que deve ser reconhecido como Ativo Intangível em 31/12/2025 é:

- a) R\$ 650.000

- b) R\$ 550.000
- c) R\$ 400.000
- d) R\$ 250.000
- e) R\$ 0,00 (Todo o gasto deve ser despesa)

70. Uma indústria metalúrgica possui uma prensa hidráulica com valor contábil de R\$ 500.000 (Custo de R\$ 800.000 e Depreciação Acumulada de R\$ 300.000). Em 31/12/2025, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade e obteve os seguintes dados:

- Valor Justo Líquido de Despesas de Venda: R\$ 420.000.
- Valor em Uso (Fluxo de Caixa Descontado): R\$ 460.000.

De acordo com a NBC TG 01 (R4), a empresa deverá registrar no resultado de 2025:

- a) Uma perda por desvalorização de R\$ 80.000
- b) Uma perda por desvalorização de R\$ 40.000
- c) Uma perda por desvalorização de R\$ 20.000
- d) Não deve registrar perda, pois o valor em uso é superior ao valor justo.
- e) Uma reversão de depreciação de R\$ 40.000

71. A Cia. Exportadora realizou uma venda a prazo em 31/12/2025 no valor nominal de R\$ 1.210.000, com recebimento previsto para 31/12/2027 (daqui a 2 anos). A taxa de juros de mercado para operações similares é de 10% ao ano.

Considerando que o efeito do tempo no dinheiro é relevante, o valor da Receita de Vendas a ser reconhecida na DRE de 2025 é:

- a) R\$ 1.210.000
- b) R\$ 1.100.000
- c) R\$ 1.000.000
- d) R\$ 900.000
- e) R\$ 1.210.000, com ajuste de AVP apenas em 2026.

72. A Cia. Comercial Goiana apresentou os seguintes dados referentes ao exercício de 2025:

- Receita Bruta de Vendas: R\$ 800.000
- Devoluções de Vendas: R\$ 40.000
- Abatimentos sobre Vendas: R\$ 10.000
- Impostos sobre Vendas (ICMS, PIS e COFINS): R\$ 160.000
- Descontos Financeiros Concedidos (Condicionais): R\$ 15.000
- Fretes sobre Vendas (CIF): R\$ 20.000
- Custo das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 350.000

Com base na estrutura da DRE prevista na Lei nº 6.404/76 e no CPC 26, o Lucro Bruto apurado foi de:

- a) R\$ 240.000
- b) R\$ 225.000
- c) R\$ 205.000
- d) R\$ 590.000
- e) R\$ 450.000

73. A Cia. de Alimentos possuía um Patrimônio Líquido de R\$ 1.000.000 em 01/01/2025. Durante o ano, ocorreram as seguintes variações:

1. Aumento de Capital com Reservas de Lucros: R\$ 200.000.
2. Lucro Líquido do Exercício: R\$ 300.000.
3. Destinação para Reserva Legal: R\$ 15.000.
4. Distribuição de Dividendos Obrigatórios: R\$ 75.000.
5. Ajuste de Avaliação Patrimonial (Ganho no período): R\$ 40.000.

O saldo final do Patrimônio Líquido em 31/12/2025 foi de:

- a) R\$ 1.265.000
- b) R\$ 1.465.000
- c) R\$ 1.250.000
- d) R\$ 1.305.000
- e) R\$ 1.505.000

74. A Cia. Investidora apresentou um Lucro Líquido de R\$ 500.000 em 2025. No mesmo período, a empresa registrou os seguintes eventos:

- Variação cambial de investimentos no exterior: Perda de R\$ 60.000.
- Ganhos na remensuração de ativos financeiros ao valor justo (ORA): R\$ 20.000.
- Aumento de Capital em dinheiro: R\$ 100.000.
- Dividendos pagos: R\$ 150.000.

O Resultado Abrangente Total do período foi de:

- a) R\$ 500.000
- b) R\$ 460.000
- c) R\$ 410.000
- d) R\$ 310.000
- e) R\$ 560.000

75. A Cia. Goiana de Logística adquiriu, em 01/01/2025, o direito de exploração de uma marca comercial por R\$ 120.000. No momento da aquisição, a empresa avaliou os seguintes cenários para o ativo:

Cenário A: O direito legal de exploração é de 10 anos, sem possibilidade de renovação.

Cenário B: Não há um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.

Com base na NBC TG 04 (R1), assinale a alternativa que descreve corretamente o tratamento contábil para cada cenário:

- a) No Cenário A, o ativo deve ser amortizado em 10 anos; no Cenário B, o ativo tem vida útil indefinida e não deve ser amortizado, mas deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente.
- b) Em ambos os cenários, a amortização é obrigatória, devendo a empresa estimar um prazo de 20 anos para o Cenário B, conforme a Lei nº 11.638/07.
- c) No Cenário B, por ter vida útil indefinida, o ativo deve ser amortizado em um prazo máximo de 5 anos para fins fiscais, independentemente da norma societária.
- d) No Cenário A, a amortização é facultativa se o valor residual for superior a 50% do custo de aquisição.
- e) Ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser baixados imediatamente como despesa no momento em que essa condição for identificada.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Alessandra (Alê) Lopes

76. Durante a Primeira República (1889-1930), o cenário político do estado de Goiás foi profundamente marcado pela adaptação local da "Política dos Governadores" e por disputas entre grandes famílias. Sobre a dinâmica de poder e a economia goiana nesse período, assinale a afirmativa correta:

- a) A política goiana foi caracterizada por um revezamento pacífico e democrático no poder, impedindo o surgimento do coronelismo e do "voto de cabresto".
- b) A construção da Estrada de Ferro Goiás foi integralmente rejeitada pelas elites locais, que viam na ferrovia uma ameaça ao controle exercido pelos condutores de tropas.
- c) O cenário político foi dominado por famílias oligárquicas como os Bulhões, os Caiado e José Xavier de Almeida, que mantinham o poder regional sustentado por práticas clientelistas e mandonismo local.
- d) Ocorreu um rápido declínio das atividades rurais, sendo a economia estadual totalmente reorientada para o garimpo de diamantes no norte do estado.
- e) A Revolução de 1909 consolidou definitivamente a liderança isolada de Pedro Ludovico Teixeira, encerrando o poder dos Caiado e instaurando a modernização estadual.

77. Revolução de 1930 representou um divisor de águas na política brasileira e goiana, inaugurando a Era Vargas e a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal em Goiás. Sobre as transformações desse período, assinale a afirmativa correta:

- a) A fundação de Goiânia representou uma estratégia política essencial para o novo regime, visando romper os laços territoriais de Vila Boa e enfraquecer a base simbólica das antigas oligarquias.
- b) A Marcha para o Oeste teve como principal finalidade a criação de reservas florestais intocadas, proibindo a migração de trabalhadores para o território goiano.
- c) O ludoviquismo caracterizou-se pela subordinação voluntária ao poder dos Caiado, mantendo a antiga capital como sede do governo para evitar conflitos armados.
- d) O projeto urbanístico da nova capital seguiu rigorosamente os padrões da arquitetura colonial, mantendo a identidade visual histórica do ciclo do ouro.
- e) A redemocratização após o Estado Novo impediu o retorno de Pedro Ludovico ao poder, eliminando permanentemente a sua influência e de sua família no estado.

78. A modernização agrícola experimentada por Goiás a partir da segunda metade do século XX promoveu profundos impactos na sua dinâmica demográfica e em sua estrutura social. Com base nessas transformações, assinale a afirmativa correta:

- a) A modernização e a mecanização do agronegócio causaram grande retenção populacional no campo, freando o processo de expansão das cidades goianas.
- b) O intenso êxodo rural motivado pela substituição da mão de obra braçal por máquinas resultou no crescimento acelerado e na urbanização da Região

Metropolitana de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal.

- c) O desenvolvimento tecnológico agrícola garantiu a redistribuição equitativa de terras, extinguindo a estrutura fundiária baseada em latifúndios.
- d) O crescimento econômico do estado ocorreu de maneira territorialmente homogênea, eliminando as antigas disparidades do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre o Sul e o Norte goianos.
- e) As tradições culturais de origem africana e colonial, como as Congadas e a Procissão do Fogaréu, desapareceram completamente do estado após a urbanização.

79. As características fisiográficas de Goiás — incluindo relevo, clima, solo e hidrografia — exercem forte influência no potencial agropecuário e na biodiversidade do estado. Assinale a afirmativa que descreve corretamente o quadro natural goiano:

- a) O relevo do estado é predominantemente composto por extensas planícies aluviais, o que impossibilita o uso de mecanização agrícola pesada.
- b) O clima estadual é o equatorial superúmido, que assegura chuvas abundantes ao longo de todos os meses do ano, favorecendo as florestas ombrófilas.
- c) Os solos do Cerrado (majoritariamente latossolos) são naturalmente muito ricos em nutrientes e alcalinos, dispensando o uso de tecnologias modernas de adubação.
- d) O estado atua como um estratégico divisor de águas do Planalto Central, abrigando nascentes que alimentam diretamente as bacias do Tocantins-Araguaia, do Paraná e do São Francisco.
- e) A vegetação do bioma Cerrado é completamente homogênea, apresentando-se exclusivamente sob a forma de campos limpos, sem qualquer presença de arbustos ou árvores de grande porte.

- 80.** Ao avaliar o atual panorama econômico do estado de Goiás e o comportamento recente de seu mercado de trabalho formal, é possível observar recordes produtivos e dinâmicas setoriais específicas. Com base na conjuntura socioeconômica goiana contemporânea, assinale a afirmativa correta:
- a) A distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) em Goiás tornou-se fortemente descentralizada, garantindo às cidades da porção Nordeste o mesmo protagonismo industrial do eixo Goiânia-Anápolis.
 - b) A mineração moderna no estado caracteriza-se hoje pelas mesmas técnicas rudimentares do Ciclo do Ouro do século XVIII, concentrando-se na extração manual em rios e córregos.
 - c) O setor que impulsionou o recorde estadual na geração de novos empregos com carteira assinada no ano de 2025 foi o de Serviços, o qual liderou isoladamente as contratações formais no estado.
 - d) O município de Rio Verde perdeu relevância econômica após a desindustrialização agropecuária, tornando-se o município com a menor participação no PIB goiano.
 - e) A agricultura de precisão reduziu drasticamente o rendimento das safras de grãos, levando o estado a abandonar a cultura da soja para investir unicamente na mineração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**BANCO DE DADOS***Emannuelle Gouveia*

81. Em uma consulta SQL, um analista precisa listar todos os departamentos cadastrados em uma tabela departamentos, inclusive aqueles que ainda não possuem funcionários associados na tabela funcionarios. Para isso, a consulta deve preservar todas as linhas da tabela de departamentos, independentemente de correspondência na outra tabela.

Qual comando atende corretamente a esse requisito?

- a) Utilizar LEFT JOIN entre departamentos e funcionarios, mantendo departamentos à esquerda da junção.
- b) Utilizar INNER JOIN, pois ele retorna todas as linhas da tabela principal mesmo sem correspondência.
- c) Utilizar CROSS JOIN, pois ele relaciona apenas os registros com valores equivalentes.
- d) Utilizar RIGHT JOIN, mantendo funcionarios à direita, para preservar todos os departamentos.
- e) Utilizar UNION, pois essa operação substitui a necessidade de junções entre tabelas.

82. Em um projeto de Data Warehouse, uma equipe decidiu adotar modelagem multidimensional para otimizar consultas analíticas relacionadas a vendas, períodos, clientes e produtos. Durante a modelagem, foi criada uma tabela central contendo métricas quantitativas, conectada a diversas tabelas descritivas.

Nesse contexto, é correto afirmar que a tabela central do modelo corresponde

- a) à tabela fato, responsável por armazenar medidas de negócio e chaves associadas às dimensões.
- b) à tabela dimensão, responsável por consolidar atributos descritivos e métricas agregadas.
- c) ao cubo OLTP, responsável pelo processamento transacional em tempo real.

d) ao índice clusterizado, responsável por eliminar redundâncias entre dimensões.

e) à visão materializada, responsável por substituir tabelas dimensionais no esquema estrela.

83. Uma empresa pretende armazenar grandes volumes de dados semiestruturados provenientes de aplicações web, permitindo flexibilidade de esquema, escalabilidade horizontal e rápida evolução do formato dos registros sem necessidade de redefinir tabelas relacionais tradicionais.

Considerando essas características, assinale a alternativa correta sobre bancos de dados NoSQL.

- a) Bancos NoSQL utilizam exclusivamente linguagem SQL padrão ANSI para manipulação de documentos JSON.
- b) Bancos NoSQL eliminam totalmente a necessidade de mecanismos de replicação e particionamento.
- c) Bancos NoSQL são indicados apenas para aplicações transacionais rígidas com forte normalização de dados.
- d) Bancos NoSQL podem adotar modelos orientados a documentos, chave-valor, grafos ou colunas, conforme o tipo de aplicação.
- e) Bancos NoSQL impedem armazenamento de dados sem esquema previamente definido.

84. Em um projeto analítico, uma organização passou a armazenar grandes volumes de dados estruturados e não estruturados provenientes de sensores, redes sociais e sistemas corporativos em um repositório centralizado. Posteriormente, parte desses dados é tratada por meio de limpeza, padronização e transformação antes de ser utilizada em processos de mineração de dados e geração de indicadores estratégicos.

Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O pré-processamento de dados consiste exclusivamente na criação de índices para acelerar consultas SQL em bancos transacionais.
- b) O Data Lake pode armazenar dados em formatos heterogêneos, enquanto o pré-processamento prepara os dados para análises e tarefas de mineração.
- c) Data Mining corresponde apenas ao armazenamento histórico de dados corporativos em esquemas estrela.
- d) O Data Warehouse elimina completamente a necessidade de transformação e integração de dados antes das análises.
- e) Técnicas de mineração de dados são utilizadas apenas em ambientes OLTP voltados a transações operacionais.

85. Uma empresa de logística implementou uma arquitetura de Big Data para processar dados provenientes de rastreadores GPS, sensores IoT embarcados em veículos e registros transacionais de entregas. Durante o projeto, a equipe decidiu separar o armazenamento bruto dos dados da etapa de processamento analítico, permitindo ingestão contínua e posterior aplicação de algoritmos para detecção de atrasos e otimização de rotas.

Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Em arquiteturas de Big Data, a escalabilidade vertical é obrigatória, pois ambientes distribuídos dificultam tolerância a falhas.

b) O uso de dados semiestruturados em Big Data elimina a necessidade de metadados e governança sobre os dados coletados.

c) A análise de dados em ambientes Big Data é incompatível com processamento distribuído devido à latência entre nós computacionais.

d) O conceito de Big Data restringe-se ao armazenamento massivo de dados, não abrangendo processamento analítico ou geração de conhecimento.

e) Ambientes de Big Data podem combinar ingestão distribuída, armazenamento escalável e processamento paralelo para análise de grandes volumes de dados heterogêneos.

GESTÃO DE PROJETOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

86. De acordo com o PMBOK 7, qual prática se refere a comparação de produtos, processos e práticas, reais ou planejadas, com os de organizações similares para identificar as práticas recomendadas?

- a) Benchmarking
- b) Caminho Crítico
- c) Crashing
- d) Elaboração progressiva
- e) Previsão (Forecast)

87. Sobre princípios de gerenciamento de projetos do PMBOK 7, assinale a alternativa correta.

- a) O objetivo do princípio de Administração (Stewardship) é de criar um ambiente colaborativo para a equipe do projeto.
- b) O objetivo do princípio de Valor é entregar o projeto dentro do cronograma e orçamento acordados com o cliente.
- c) O princípio de Qualidade envolve tanto a qualidade de processos como de produtos (entregas), podendo ocorrer a prevenção ou detecção de defeitos.
- d) O princípio de Liderança aborda os comportamentos e atitudes que o gerente de projeto deve ter para liderar a sua equipe.
- e) De acordo com o princípio de Mudança, o gerente de projeto deve controlar e evitar mudanças que possam impactar os resultados do projeto.

CIÊNCIAS DE DADOS

Lucas Ianni

88. Uma equipe de ciência de dados de uma imobiliária está construindo quatro modelos supervisionados a partir das mesmas features de entrada de seus imóveis. O Modelo M1 prevê o preço de venda em reais; o Modelo M2 prevê se o cliente "gostou das características" (sim/não); o Modelo M3 prevê uma nota inteira de 0 a 10 atribuída pelo corretor; e o Modelo M4 prevê o nível de interesse na compra (baixo, médio ou alto).

Sobre a tarefa que cada modelo realiza, é correto afirmar que:

- a) M1 e M3 são tarefas de classificação, enquanto M2 e M4 são tarefas de regressão, pois envolvem categorias hierárquicas.
- b) M1 e M3 são tarefas de regressão, enquanto M2 e M4 são tarefas de classificação, pois M2 e M4 associam dados a rótulos categóricos.
- c) Todos os quatro modelos são de regressão, pois preveem valores numéricos atribuíveis aos imóveis.

d) M1 é de regressão e os demais são de classificação, pois apenas valores monetários caracterizam regressão.

e) M2 é de regressão por ser binário, e os demais são de classificação por envolverem múltiplas categorias.

89. As tarefas de aprendizado de máquina podem ser agrupadas conforme o tipo de saída esperada e a presença ou não de rótulos no conjunto de dados. Sobre essas tarefas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Clusterização separa dados em grupos de modo que elementos do mesmo grupo sejam mais similares entre si do que com elementos de outros grupos, sendo o k-means uma técnica utilizada para essa finalidade.

b) Redução de dimensionalidade busca diminuir a quantidade de características de um conjunto de dados, mantendo apenas o que é essencial para representar sua estrutura, podendo ser implementada via PCA ou t-SNE.

c) Regras de associação têm como objetivo encontrar padrões de dados que costumam aparecer juntos, sendo Apriori, FP-Growth e Eclat algumas das técnicas associadas.

d) Detecção de anomalias é uma tarefa de aprendizado supervisionado que exige rótulos prévios indicando, para cada amostra, se ela é normal ou anômala, não podendo utilizar técnicas de clusterização.

e) Aprendizado de representação, também chamado de feature learning, busca descobrir as características mais relevantes dos dados, podendo ser implementado por meio de PCA ou autoencoders.

- 90.** Uma cientista de dados precisa aplicar um algoritmo de agrupamento a uma base que contém variáveis em escalas muito distintas, como altura em metros e peso em gramas, além de algumas variáveis altamente correlacionadas entre si, como peso em gramas e peso em quilos. Para evitar que essas características distorçam o cálculo da proximidade entre os pontos, ela deve preferir a:
- a) distância de Mahalanobis, pois ajusta as variáveis para a mesma escala via padronização e penaliza variáveis altamente correlacionadas por meio da inversa da matriz de covariâncias.
 - b) distância Euclidiana, pois calcula a raiz da soma das diferenças ao quadrado, eliminando automaticamente o efeito das escalas e das correlações entre as variáveis.
 - c) distância de Manhattan, pois trabalha em grade e, por restringir o movimento aos eixos, anula o problema de variáveis correlacionadas.
 - d) similaridade de Cosseno, pois considera o ângulo entre vetores e, por isso, padroniza as escalas e descorrelaciona automaticamente as variáveis.
 - e) distância de Chebyshev, pois utiliza apenas a maior diferença entre coordenadas, descartando o efeito das demais variáveis correlacionadas.
- 91.** Uma rede neural multicamadas é organizada em três blocos de camadas: camada de entrada, camadas ocultas (intermediárias) e camada de saída. Sobre as funções desempenhadas por cada uma dessas camadas em uma arquitetura típica, é correto afirmar que:
- a) a camada de entrada realiza o processamento principal dos dados, aplicando funções de ativação a cada atributo recebido antes de passá-los adiante.
 - b) as camadas ocultas têm como única finalidade reduzir a dimensionalidade do vetor de características, sem aplicar pesos nem funções de ativação.
 - c) a camada de saída é responsável apenas por receber o vetor de características originais, sem qualquer transformação dos dados.
 - d) em problemas de classificação multiclasse, a camada de saída produz necessariamente um único valor numérico contínuo, da mesma forma que em problemas de regressão.
 - e) a camada de entrada apenas recebe o vetor de características e o repassa adiante, enquanto as camadas ocultas processam os sinais e a camada de saída produz o resultado final, podendo ser um número (regressão) ou probabilidades por classe (classificação).
- 92.** A regressão linear é uma das técnicas mais utilizadas em aprendizado supervisionado preditivo, com particularidades importantes em sua formulação, em suas restrições de uso e na interpretação de seus resultados. A respeito desse algoritmo e dos conceitos a ele relacionados, assinale a alternativa correta:
- a) A regressão linear múltipla é representada pela equação $y = \beta_0 + \beta_1 \cdot x_1^2 + \beta_2 \cdot x_2^2 + \epsilon$, na qual cada variável independente é elevada ao quadrado para que o modelo seja considerado linear nos preditores.
 - b) A presença de duas variáveis perfeitamente colineares no conjunto de atributos não afeta o modelo de regressão linear múltipla, desde que estejam expressas em unidades distintas.
 - c) Em um modelo de regressão linear, a observação de uma alta correlação positiva entre uma variável independente e a variável dependente permite concluir que a variação na primeira causa a variação na segunda.
 - d) O coeficiente de correlação linear de Pearson, denotado por r , assume sempre valores entre -1 e +1, sendo o valor absoluto indicativo da força da relação linear entre as variáveis e o sinal indicativo da direção dessa relação.
 - e) Na regressão linear simples, o objetivo é prever a variável dependente a partir de duas ou mais variáveis independentes, modelando essa relação por meio de um hiperplano em um espaço multidimensional.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

93. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia de grande porte, o auditor independente identificou que a administração impôs restrições relevantes ao alcance dos trabalhos, especialmente no que se refere ao acesso a documentos e à realização de procedimentos essenciais para a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre diversos saldos relevantes e potencialmente generalizados. Mesmo após a aplicação de procedimentos alternativos, o auditor concluiu que não foi possível obter evidência suficiente e que os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados. Diante desse cenário, avaliou ainda que a emissão de opinião com ressalva não seria adequada para atender às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.

Assinale a alternativa que indica a conduta mais apropriada a ser adotada pelo auditor nos termos da NBC TA 200(R1):

- a) Emitir opinião adversa, tendo em vista que a impossibilidade de obtenção de evidência suficiente implica, necessariamente, a existência de distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) Emitir opinião com ressalva, considerando que toda limitação de alcance deve ser tratada mediante modificação da opinião dessa natureza.
- c) abster-se de emitir opinião ou renunciar ao trabalho de auditoria, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.
- d) Emitir relatório sem modificação de opinião, incluindo a descrição das limitações encontradas em parágrafo de outros assuntos.
- e) Emitir relatório sem modificação da opinião, com inclusão de parágrafo de ênfase para destacar a limitação de alcance enfrentada durante a auditoria.

94. O auditor independente necessitou avaliar se as evidências obtidas eram apropriadas para sustentar sua opinião final. Para isso, considerou os atributos relacionados tanto à quantidade quanto à qualidade das informações coletadas, conforme previsto na NBC TA 500 (R1). Nesse contexto, analise as assertivas a seguir acerca das características da evidência de auditoria e assinale a alternativa correta:

- a) A suficiência da evidência está diretamente relacionada à sua qualidade, ao passo que a adequação diz respeito exclusivamente ao volume de evidências reunidas durante o trabalho.
- b) A adequação da evidência de auditoria está associada à sua qualidade, abrangendo aspectos como relevância e confiabilidade das informações que sustentam as conclusões do auditor.
- c) A suficiência da evidência é definida unicamente com base no nível de risco de distorção relevante identificado, sendo independente da qualidade das evidências obtidas.
- d) A adequação da evidência limita-se à confiabilidade das informações coletadas, não envolvendo a análise de sua pertinência em relação aos objetivos da auditoria.
- e) Os conceitos de suficiência e adequação da evidência de auditoria são sinônimos nas normas profissionais, sendo utilizados de forma intercambiável sem distinção técnica.

95. Durante os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária do setor industrial, o auditor independente realizou a etapa de avaliação de riscos com o objetivo de planejar procedimentos apropriados para obtenção de evidência de auditoria suficiente e adequada. No decorrer dessa análise, a equipe discutiu os componentes do risco de auditoria previstos nas Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TA), especialmente a relação entre risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

À luz das disposições das NBC TA acerca do modelo de risco de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) O risco de detecção corresponde à possibilidade de os controles internos da entidade não evitarem ou não identificarem tempestivamente distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) O risco inerente surge exclusivamente de falhas na execução dos procedimentos aplicados pelo auditor independente durante o trabalho de auditoria.
- c) O risco de auditoria é representado apenas pelo risco de detecção, uma vez que os riscos da entidade não integram a avaliação realizada pelo auditor.
- d) O risco de distorção relevante resulta da combinação do risco inerente com o risco de controle e deve ser avaliado antes da consideração dos procedimentos de auditoria planejados para detectar distorções relevantes.
- e) O risco de controle refere-se à possibilidade de o auditor emitir opinião inadequada em razão da seleção incorreta da amostra de auditoria ou da aplicação inadequada de testes substantivos.

96. Durante a execução de testes de detalhes sobre determinada população de documentos fiscais, o auditor independente definiu uma amostra com o objetivo de verificar a ocorrência de distorções relevantes nos valores registrados. Ao planejar a amostragem, considerou a finalidade do procedimento, as características da população e o risco de amostragem que estaria disposto a aceitar. Após a seleção dos itens, constatou que, em relação a um dos documentos selecionados, não seria possível aplicar o procedimento originalmente previsto nem procedimentos alternativos adequados. De acordo com a NBC TA 530, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve desconsiderar o item selecionado, pois a impossibilidade de aplicação do procedimento descaracteriza sua utilidade para fins de conclusão da amostra.
- b) O auditor deve ampliar automaticamente a amostra, pois a NBC TA 530 determina que todo item não examinado seja compensado por aumento proporcional do tamanho amostral.
- c) O auditor deve tratar o item como desvio do controle previsto, ainda que o procedimento aplicado seja teste de detalhes.
- d) O auditor deve tratar o item como distorção, pois, em testes de detalhes, a impossibilidade de aplicar os procedimentos definidos ou procedimentos alternativos adequados ao item selecionado recebe esse tratamento.
- e) O auditor deve substituir o item selecionado por outro, ainda que o procedimento fosse aplicável, pois a substituição é sempre admitida quando houver dificuldade de execução.

97. O auditor independente identificou indícios de reconhecimento antecipado de receitas e ajustes relevantes em estimativas contábeis realizadas diretamente pela alta administração ao final do exercício social. Em reunião com os responsáveis pela governança, foi informado que a entidade possuía código de ética formalmente instituído, além de políticas internas antifraude e canais de denúncia. No decorrer dos trabalhos, entretanto, o auditor verificou que determinados controles internos haviam sido burlados por diretores com acesso privilegiado aos sistemas corporativos, bem como constatou a existência de documentos aparentemente regulares que, posteriormente, revelaram-se falsificados mediante conluio entre empregados de diferentes setores.

Nos termos da NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa correta.

- a) A existência de controles internos formalmente instituídos e supervisionados pelos responsáveis pela governança transfere ao auditor a responsabilidade principal pela prevenção e detecção de fraudes relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) O risco de não detecção de distorção relevante decorrente de erro é superior ao risco de não detecção de fraude, tendo em vista que os erros normalmente decorrem de práticas deliberadas de ocultação.
- c) A atuação dos responsáveis pela governança restringe-se ao acompanhamento das demonstrações contábeis já elaboradas, não abrangendo a supervisão sobre riscos de burla de controles internos pela administração.
- d) O auditor possui responsabilidade de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante causada por fraude ou erro, embora a detecção de fraude possa ser dificultada por fatores como conluio, falsificação documental e manipulação intencional de informações.
- e) Sempre que houver manipulação de estimativas contábeis em áreas de julgamento significativo, o auditor deve presumir automaticamente a

ocorrência de fraude, sendo irrelevante avaliar a possibilidade de erro não intencional.

98. Ao realizar a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., o auditor independente identificou elevada complexidade na mensuração do valor recuperável de determinados ativos intangíveis relevantes. Diante da especificidade técnica envolvida, contratou especialista externo em avaliação econômica para auxiliá-lo na obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente. Após aplicar os procedimentos previstos nas normas de auditoria, o auditor concluiu que o trabalho do especialista era adequado para fins da auditoria. Posteriormente, em razão de limitação relevante na obtenção de evidência relacionada a outros assuntos, o auditor decidiu emitir opinião com ressalva e cogitou mencionar, em seu relatório, a utilização do trabalho do especialista.

Nos termos das NBC TA acerca do uso do trabalho de especialista do auditor, assinale a alternativa correta.

- a) Caso faça referência ao especialista em razão de modificação na opinião, o auditor deve esclarecer expressamente que essa referência não reduz sua responsabilidade pela opinião de auditoria emitida.
- b) A utilização de especialista externo transfere parcialmente ao especialista a responsabilidade pela opinião emitida pelo auditor independente, especialmente em matérias de natureza técnica complexa.
- c) Em relatório com opinião não modificada, o auditor pode mencionar livremente o trabalho do especialista para reforçar a credibilidade técnica das conclusões alcançadas.
- d) Uma vez concluída a adequação técnica do trabalho do especialista, o auditor fica dispensado de avaliar criticamente as conclusões produzidas por ele, podendo aceitá-las integralmente.
- e) A responsabilidade do auditor pela opinião somente permanece integral quando o especialista pertence ao quadro funcional da firma de auditoria, sendo mitigada nos casos de contratação externa.

99. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Ômega S.A., o auditor independente planejou obter evidência de auditoria por meio de confirmações externas relacionadas a saldos relevantes de contas a receber de clientes e aplicações financeiras mantidas em instituições bancárias. Contudo, a administração da entidade recusou-se formalmente a permitir o envio das solicitações de confirmação, alegando que tal procedimento poderia prejudicar relações comerciais estratégicas e gerar interpretações equivocadas junto às instituições financeiras e clientes.

Diante dessa situação, o auditor avaliou as justificativas apresentadas pela administração, reconsiderou os riscos identificados no planejamento e analisou os impactos da recusa sobre os procedimentos inicialmente previstos.

Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria, especialmente quanto à recusa da administração em permitir o envio de confirmações externas, é correto afirmar que o auditor deve:

- a) aceitar a justificativa apresentada pela administração sempre que houver risco de desgaste comercial com terceiros, substituindo automaticamente o procedimento por indagações junto aos responsáveis pela governança.
- b) indagar as razões da recusa, avaliar suas implicações sobre os riscos de distorção relevante — inclusive risco de fraude — e executar procedimentos alternativos destinados à obtenção de evidência apropriada e suficiente.
- c) limitar-se à execução de procedimentos alternativos de auditoria, sem necessidade de reavaliar os riscos de distorção relevante anteriormente identificados.
- d) considerar a recusa como evidência conclusiva de fraude da administração, devendo emitir imediatamente opinião adversa sobre as demonstrações contábeis.
- e) desistir obrigatoriamente do trabalho de auditoria, uma vez que a recusa da administração impede, por si só, a continuidade dos trabalhos de asseguarção independente.

100. Ao concluir a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., o auditor independente identificou que as demonstrações do exercício anterior, anteriormente divulgadas juntamente com relatório sem modificação de opinião, precisaram ser reapresentadas em razão da correção de erro relevante relacionado ao reconhecimento inadequado de receitas. Em decorrência disso, a administração reapresentou as demonstrações contábeis comparativas e divulgou nota explicativa detalhando as razões, os efeitos e os ajustes decorrentes da reapresentação. Após realizar os procedimentos necessários, o auditor emitiu novo relatório sobre as demonstrações reapresentadas. Nesse contexto, de acordo com as disposições das Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TA), o auditor independente deve

- a) omitir qualquer referência às demonstrações anteriormente emitidas, uma vez que a reapresentação substitui integralmente as demonstrações anteriores e o respectivo relatório do auditor.
- b) incluir obrigatoriamente parágrafo de outros assuntos, sendo vedada a utilização de parágrafo de ênfase em situações relacionadas à reapresentação de demonstrações contábeis anteriormente auditadas.
- c) incluir, em seu relatório novo ou reemitido, parágrafo de ênfase ou de outros assuntos com referência à nota explicativa que descreve detalhadamente as razões da alteração das demonstrações contábeis anteriormente emitidas e do relatório anterior do auditor independente.
- d) modificar sua opinião para opinião com ressalva, independentemente da adequação da reapresentação efetuada pela administração, em razão da existência de erro relevante em exercício anterior.
- e) emitir relatório sem qualquer menção específica à reapresentação das demonstrações contábeis, desde que a nota explicativa tenha sido elaborada pela administração em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

101. A confiabilidade das informações utilizadas como evidência de auditoria é influenciada por sua fonte, natureza e pelas circunstâncias em que são obtidas, sendo possível estabelecer algumas generalizações úteis acerca da confiabilidade dessas evidências, embora sujeitas a exceções.

Com base nessas disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- a) Evidências geradas internamente pela entidade possuem confiabilidade inferior às obtidas externamente, ainda que os controles internos relacionados à sua elaboração e manutenção sejam considerados efetivos.
- b) A evidência de auditoria obtida de fontes externas independentes é, em regra, mais confiável; contudo, sua confiabilidade pode ser reduzida caso a fonte não possua conhecimento adequado ou não seja objetiva.
- c) A evidência obtida por meio de indagação junto à administração tende a ser mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor, pois decorre de informações internas detalhadas da entidade.
- d) Evidências verbais fornecidas pela administração são consideradas mais confiáveis do que evidências documentais, pois refletem diretamente o conhecimento dos responsáveis pela gestão.
- e) Documentos digitalizados ou transpostos para formato eletrônico possuem confiabilidade superior à dos documentos originais, pois passam por controles tecnológicos adicionais.

102. O auditor responsável pela auditoria da empresa ABC S/A foi impossibilitado de acompanhar o inventário físico dos estoques realizado pela entidade na data-base prevista, em razão de circunstância superveniente e fora de seu controle. Considerando as disposições da NBC TA 501 acerca da obtenção de evidência de auditoria relacionada aos estoques, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve promover obrigatoriamente a reaplicação integral do inventário físico ao final do exercício subsequente, sendo vedada a utilização de procedimentos alternativos previstos nas normas de auditoria.
- b) A impossibilidade de comparecimento do auditor à contagem física dos estoques pode ser suprida exclusivamente mediante obtenção de confirmações externas junto a terceiros que mantenham relação comercial com a entidade auditada.
- c) O auditor poderá considerar suficiente, para fins de auditoria, a mera apresentação dos mapas de inventário e das declarações formais fornecidas pela administração da entidade acerca da existência dos estoques.
- d) A ausência do auditor na observação da contagem física dos estoques implica, necessariamente, modificação da opinião no relatório do auditor independente, independentemente da execução de outros procedimentos de auditoria.
- e) O auditor deve realizar ou acompanhar contagem física em momento diverso daquele inicialmente previsto e aplicar procedimentos adicionais sobre as movimentações de estoques ocorridas entre a data da contagem alternativa e a data-base das demonstrações contábeis.

CONHECIMENTO BÁSICO DA ESTRUTURA DA EFD ICMS/IPI*Paolla Ramos*

- 103.** Sobre a estrutura técnica, grupos de informações e regras de preenchimento da NF-e estabelecidas no Manual de Orientação ao Contribuinte (MOC), é correto afirmar que:
- a) O Grupo A (Dados da Nota Fiscal eletrônica) é considerado o grupo "raiz" na hierarquia do XML, contendo informações como a versão do leiaute e a chave de acesso.
 - b) A Chave de Acesso da NF-e é composta por uma sequência de 40 caracteres numéricos que garantem a unicidade do documento.
 - c) Para contribuintes enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI), o preenchimento dos campos GTIN e NCM é obrigatório em todas as operações internas.
 - d) No grupo de informações de tributos, o Grupo M (Tributos Incidentes) é hierarquicamente inferior ao Grupo N (ICMS Normal e ST).
 - e) Campos numéricos que representam valores e quantidades devem obrigatoriamente conter zeros não significativos para evitar erros de validação no Schema XML.

104. Sobre a estrutura de blocos e registros da EFD ICMS/IPI e o processamento da NF-e junto aos Web Services da Secretaria da Fazenda, assinale a alternativa correta:

- a) O Registro C100 da EFD destina-se exclusivamente à escrituração de documentos fiscais de serviços de transporte e comunicação.
- b) O Bloco E da EFD é o grupo de abertura e identificação da entidade, contendo dados como o CNPJ e a Inscrição Estadual.
- c) No Web Service de autorização da NF-e, o resultado "Denegação de Uso" ocorre quando o arquivo XML apresenta falhas de preenchimento ou erros no leiaute.
- d) O Registro 0200 tem por objetivo informar mercadorias, serviços e produtos concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques.
- e) O Registro 9999 é considerado o registro de abertura do arquivo digital, devendo obrigatoriamente ser o primeiro a constar no documento.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Silvio Sande*

105. Em 01/12/2025, uma empresa realizou uma venda a prazo no valor total de US\$ 500.000 (duzentos mil dólares). Sabendo que a cotação do dólar era R\$ 5,50 em 01/12/2025, passou para R\$ 6,00 em 31/12/2025 e que a cotação média do mês de dezembro de 2025 foi R\$ 5,75, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2025, receita de vendas no valor de

- a) R\$ 2.750.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 250.000.
- b) R\$ 2.875.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 125.000.
- c) R\$ 3.000.000 e uma receita de variação cambial de R\$ 500.000.
- d) R\$ 2.750.000, apenas.
- e) R\$ 3.300.000, apenas.

106. No dia 31/12/2022, uma empresa realizou uma aplicação financeira no valor de R\$ 3.000.000 remunerados à taxa de juros compostos de 20% ao ano e com vencimento para 31/12/2026. Os títulos foram classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os valores justos de mercado desses títulos em 31 de dezembro de cada ano são apresentados a seguir:

Datas	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Valor Justo (em R\$)	3.800.000	4.200.000	5.000.000

Sabendo que esses títulos foram resgatados pela empresa em 31/12/2025 pelo valor justo na data, os impactos reconhecidos nas Demonstrações dos Resultados dos anos de 2023, 2024 e 2025, decorrentes exclusivamente dessa aplicação financeira, foram, respectivamente, em reais,

- a) 800.000 positivos, 720.000 negativos e 264.000 positivos.
- b) 600.000 positivos, 720.000 positivos e 864.000 positivos.
- c) 600.000 positivos, 720.000 positivos e 700.000 positivos.
- d) 800.000 positivos, 720.000 positivos e 864.000 positivos.
- e) 800.000 positivos, 7200.000 positivos e 530.000 positivos.

107. A Coruja Concursos Ltda., adquiriu, em 03 de janeiro de 2025, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 200.000,00 e, para instalar o software em operação, a Coruja Concursos Ltda. desembolsou o montante de R\$ 20.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 60 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 10% para pagamento dentro do mesmo mês e 20% para pagamento à vista, no ato da negociação. A Coruja Concursos Ltda. optou pelo pagamento à vista. No

final do mês de janeiro de 2025, a contabilidade tem registrado

- a) intangível de R\$ 180.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.000,00.
- b) intangível de R\$ 180.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 3.000,00.
- c) intangível de R\$ 220.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.666,00.
- d) intangível de R\$ 220.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 3.666,00.
- e) intangível de R\$ 200.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.333,00.

108. Em 31 de dezembro de 2025, a Cia. Vila Nova S/A possuía 60% das ações da Cia. Anapolina, comprada por R\$ 350.000,00, classificando-a como controlada. Ao final do exercício de 2026, a Cia. Anapolina teve um lucro de R\$ 200.000,00 e pagou dividendos de R\$100.000,00. A Cia Vila Nova vendeu toda a sua participação na Cia. Anapolina em 31 de dezembro de 2025, por R\$ 500.000,00 à vista. O resultado apurado com a venda da participação na controlada foi de

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$70.000,00.
- c) R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 90.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

109. Determinada empresa apresentou as seguintes demonstrações contábeis referentes ao ano de 2023:

Balança Patrimoniais em 31/12/2022 e 31/12/2023 (valores em reais)

ATIVO	31/12/22	31/12/23	PASSIVO	31/12/22	31/12/23
Ativo circulante	240.000	341.000	Passivo circulante	200.000	267.080
Caixa e Equivalente de Caixa	40.000	101.000	Fornecedores	120.000	58.000
Clientes	120.000	90.000	Empréstimo	80.000	118.000
Estoques	80.000	140.000	Imposto a pagar	-	41.400
Seguros antecipados	-	10.000	Dividendo a pagar	-	49.680
Ativo não circulante	301.000	383.000	Patrimônio Líquido	341.000	456.920
Investimento	28.000	43.000	Capital	300.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	41.000	156.920
Máquinas e Equipamentos	188.000	340.000			
Terrenos	85.000	-			
TOTAL DO ATIVO	541.000	724.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	541.000	724.000

Demonstração do Resultado - Período: 01/01/2023 a 31/12/2023 (valores em reais)

Receitas de Vendas	720.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(330.000)
(=) Resultado com Mercadorias	390.000
(-) Despesa de Depreciação	(42.000)
(-) Outras Despesas Operacionais	(196.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	15.000
(-) Despesas Financeiras	(8.000)
(+) Lucro na Venda de Imobilizado	48.000
(=) Resultado antes dos Impostos	207.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(41.400)
(=) Resultado Líquido	165.600

As seguintes informações adicionais, referentes ao ano de 2023, são conhecidas:

- A empresa não vendeu participações societárias nem máquinas e equipamentos.
- Não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano.
- A venda do terreno foi efetuada à vista.
- O aumento de capital foi realizado da seguinte forma: 50% em dinheiro e o restante com incorporação de reservas de lucros..

O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades de Investimentos é:

- 19.000 (negativo).
- 61.000 (negativo).
- 76.000 (negativo).
- 133.000 (positivo).
- 145.000 (positivo).

110. A Cia. Jataí, em 31/12/2025, extraiu, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	5.000.000
Despesa de depreciação	120.000
Despesas de aluguéis	190.000
Despesas financeiras	110.000
Despesas de equivalência patrimonial	90.000
Dividendos distribuídos	100.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.560.000
Materiais adquiridos de terceiros	140.000
Receita bruta	10.500.000
Receitas financeiras	450.000
Receitas de aluguel	300.000
Receitas de dividendos	150.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- R\$ 900.000
- R\$ 810.000
- R\$ 700.000
- R\$ 400.000
- R\$ 300.000

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

111. A empresa MAVIFOR utiliza os componentes X e Y para a produção do produto É LENHA. As seguintes informações sobre os custos referentes a esses componentes, para alguns níveis de quantidades produzidas, são apresentadas na tabela a seguir

Componente	Quantidade produzida (un)	Custo unitário	Custo Total
X	1.000	R\$ 2,00	R\$ 2.000
X	1.250	R\$ 1,60	R\$ 2.000
Y	1.000	R\$ 3,00	R\$ 3.000
Y	1.250	R\$ 3,00	R\$ 3.750

Com base nos dados apresentados, os custos dos componentes X e Y, em relação ao produto É LENHA, são, respectivamente,

- a) fixo e variável.
- b) indireto e variável.
- c) variável e fixo.
- d) variável e variável.
- e) fixo e fixo.

112. Para produzir seu único produto, a empresa É LENHA S.A. incorreu nos seguintes gastos durante o mês de abril de 2026:

- Compra de matéria-prima: R\$ 250.000 (líquido dos tributos recuperáveis)
- Fretes e seguros para transporte das matérias-primas até a fábrica: R\$ 12.500 (não inclusos no valor da matéria-prima acima).
- Mão de obra direta: R\$ 60.000
- Remuneração da supervisão da fábrica: R\$ 75.000
- Aluguel do galpão industrial: R\$ 105.000
- Remuneração da administração geral da empresa: R\$ 194.700
- Depreciação dos ativos utilizados na produção: R\$ 45.000
- Comissão dos vendedores: R\$ 17.980
- Outros custos indiretos de produção: R\$ 35.000
- Materiais consumidos na administração geral da empresa: R\$ 33.700
- Encargos financeiros de empréstimos obtidos: R\$ 42.222

O estoque inicial de matéria-prima era R\$ 30.000, o estoque final R\$ 22.500 e não havia estoque de produtos em elaboração no início e no fim de abril de 2026.

Sabendo que a empresa utiliza o custeio por absorção, o custo da produção acabada no período foi, em reais,

- a) 590.000.
- b) 772.500.
- c) 582.500.
- d) 555.000.
- e) 602.500.

Atenção: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números 113 e 114.

A indústria MAVIFOR S.A. produz um único produto e, para produzir integralmente 1.000 unidades desse produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de abril de 2026:

- Custos fixos: R\$ 20.000
- Custos variáveis:
 - Matéria-prima: R\$ 12/unidade
 - Mão de obra direta: R\$ 22/unidade
- Despesas fixas: R\$ 30.000
- Comissões de venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

- Preço de venda: R\$ 140/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 600 unidades

113. Sabendo que a indústria MAVIFOR S.A. utiliza o Método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção período foi, em reais, do

- a) 12.
- b) 20.
- c) 22.
- d) 24.
- e) 54.

114. O ponto de equilíbrio da empresa industrial Canecas S.A., em unidades vendidas, é:

- a) 500.
- b) 450.
- c) 650.
- d) 641.
- e) 700.

115. Os produtos X, Y e Z são produzidos em um único departamento da empresa É LENHA S.A. As informações referentes ao processo produtivo da empresa no mês de abril de 2026 foram as seguintes:

Produto	MP (por unidade)	MOD (por unidade)	Quantidade total produzida	Horas de MOD (por unidade)
X	100	200	1.000	2h
Y	200	100	500	1h
Z	300	100	750	2h

Os custos indiretos, incorridos no mês de abril de 2026, totalizaram R\$ 280.000,00. A empresa adota o método de custeio por absorção e os custos indiretos são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta utilizada no período.

Sabendo que não havia estoques iniciais dos produtos, que toda produção do mês de abril foi finalizada e que não há estoques finais de produtos, o valor unitário dos custos indiretos de fabricação alocados aos produtos X, Y e Z, no mês de abril de 2026, foi, respectivamente, em reais,

- a) 200; 100; 200
- b) 170; 70; 190
- c) 140; 70; 140
- d) 200; 140; 70
- e) 140; 140; 140

116. As informações referentes aos produtos M, V e F que são os únicos produzidos pela empresa MAVIFOR S.A., são apresentadas na tabela a seguir, com os valores expressos em reais por unidade:

Produtos	M	V	F
Preço de venda	110	120	130
Custos variáveis	12	27	36
Custos fixos	4	9	12
Despesas variáveis	18	12	15
Despesas fixas	6	4	5

Os custos fixos e as despesas fixas são comuns aos três produtos. Os custos fixos são alocados aos produtos com base nos custos variáveis de cada um e as despesas fixas são alocadas com base nas despesas variáveis de cada produto.

Se o objetivo da empresa MAVIFOR S.A. for a maximização do lucro, a ordem dos produtos que devem ter sua venda incentivada é, respectivamente,

- a) M, V, F.
- b) V, M, F.
- c) V, F, M.
- d) M, F, V.
- e) F, V, M.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Fábio Dutra

117. Acerca da decadência do crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) Em todos os casos, o prazo decadencial de cinco anos para o lançamento inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- b) Para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo decadencial começa no

primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador, independentemente de ter havido pagamento antecipado.

- c) A ocorrência de dolo, fraude ou simulação afasta a aplicação do prazo decadencial, tornando o crédito tributário imprescritível.
- d) O prazo decadencial para lançamento de ofício começa a fluir da data da ciência do ato de fraude pelo Fisco, nos termos do Tema Repetitivo 100 do STJ.
- e) Para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo decadencial de cinco anos conta-se da ocorrência do fato gerador quando houver pagamento antecipado.

118. Um Município instituiu, mediante lei ordinária, contribuição de melhoria destinada a custear obra de pavimentação asfáltica em determinada região urbana. A norma previu a publicação prévia do memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo da obra, a determinação da parcela do custo a ser financiada pela contribuição, a delimitação da zona beneficiada e fixou prazo de 30 dias para impugnação pelos interessados.

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A lei é válida, pois foram observados os requisitos mínimos previstos no CTN.
- b) A lei é inválida, pois não observou os requisitos mínimos previstos do CTN.
- c) A lei é válida, pois a regulamentação do processo administrativo pode ser feita posteriormente por ato infralegal.
- d) A lei é inválida apenas porque o prazo para impugnação dos interessados é de 20 dias.
- e) A lei é válida, desde que respeitados os limites total e individual previstos no CTN.

119. Um conselho profissional passou a exigir taxa para expedição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), com fundamento em lei que estabeleceu apenas o valor máximo da exação, permitindo que ato infralegal fixasse o valor específico a ser cobrado. Posteriormente, ato normativo do próprio conselho disciplinou os valores da taxa e promoveu sua atualização periódica. Considerando o disposto no art. 150, I, da Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A exigência da taxa é inválida, pois a fixação do valor por ato infralegal viola o princípio da legalidade tributária, sendo indispensável que a lei estabeleça o valor da exação.
- b) A exigência da taxa é válida, sendo possível ao conselho profissional fixar e atualizar os valores por ato próprio, independentemente de qualquer limitação legal.
- c) A exigência da taxa é válida, desde que haja previsão legal de teto, sendo possível a fixação do valor por ato infralegal.
- d) A exigência da taxa é inválida, pois a lei deve fixar não apenas o teto, mas também os critérios específicos de cálculo, sendo vedada qualquer delegação a ato infralegal.
- e) A exigência da taxa é válida apenas se a lei estabelecer valor fixo, sendo irrelevante a vinculação ao custo da atividade estatal.

120. Considerando as vedações ao regime do Simples Nacional previstas na Lei Complementar nº 123/2006, assinale a alternativa que não configura hipótese que pode implicar na vedação de recolhimento de tributos pelo Simples Nacional.

- a) Empresa de pequeno porte cujo sócio participe com mais de 10% do capital social de outra empresa não optante pelo Simples Nacional, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite estabelecido em lei.
- b) Microempresa constituída sob a forma de sociedade por ações.
- c) Empresa que, mesmo sendo microempresa, realize atividade de locação de imóveis próprios.
- d) Empresa que possua débito com o INSS ou com as Fazendas Públicas federal, estadual ou municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa.
- e) Cooperativa de consumo.

121. Sobre o princípio da anterioridade tributária, previsto na Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) As contribuições de seguridade social submetem-se à anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal de forma cumulativa.
- b) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sujeita-se à anterioridade anual, mas está dispensado da anterioridade nonagesimal.
- c) O Imposto sobre a Renda (IR) sujeita-se à anterioridade anual, mas está dispensado da anterioridade nonagesimal.
- d) O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sujeita-se à anterioridade nonagesimal quando houver majoração de alíquota.
- e) As taxas estão totalmente excluídas da incidência dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal.

122. A respeito da imunidade tributária das entidades de assistência social sem fins lucrativos, nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A imunidade das entidades de assistência social alcança apenas o IPTU referente ao imóvel em que funciona a sede da entidade, não se estendendo a outros imóveis de sua propriedade.
- b) A imunidade das entidades de assistência social abrange as contribuições à seguridade social, mas não o IBS nem a CBS.
- c) A Constituição exige, como condição para o gozo da imunidade das entidades de assistência social, que a entidade assistencial não remunere seus dirigentes ou conselheiros, vedação que prevalece mesmo para entidades de pequeno porte.
- d) A imunidade das entidades de assistência social não abrange IOF incidente sobre suas aplicações financeiras.
- e) A imunidade das entidades de assistência social se aplica a entidades de previdência social fechada que sejam custeadas pelo patrocinador e pelos beneficiários.

123. Sobre a interpretação e a integração da legislação tributária, conforme disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) A analogia pode ser utilizada para exigir tributo não previsto em lei, desde que o fato seja economicamente equivalente ao previsto na norma tributária mais próxima.
- b) Os princípios gerais de direito tributário constituem o primeiro critério a ser observado na integração das normas tributárias, prevalecendo sobre o literal e o sistemático.
- c) A legislação tributária que trate de infração e de cominação de penalidade deve ser interpretada de forma extensiva, tendo em vista a necessidade de tutelar o interesse da Fazenda Pública.
- d) Na interpretação da lei tributária, quando houver dúvida sobre a natureza ou as circunstâncias

materiais do fato, o CTN determina que se interprete de modo mais favorável ao acusado.

- e) O emprego da equidade na aplicação da legislação tributária autoriza a dispensa do pagamento de tributo devido, quando verificada situação de notória hipossuficiência do contribuinte.

124. Acerca do fato gerador da obrigação tributária, nos termos dos arts. 114 a 118 do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) A ocorrência do fato gerador depende da validade jurídica dos atos praticados, de forma que negócio jurídico nulo não pode dar origem à obrigação tributária principal.
- b) A definição legal do fato gerador é interpretada com abstração da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, bem como da natureza de seu objeto e dos efeitos dos fatos ocorridos.
- c) O fato gerador da obrigação tributária acessória decorre da mesma situação jurídica que origina a obrigação principal, sendo sempre dela dependente.
- d) O fato gerador considera-se ocorrido, nas situações de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, mas apenas após confirmação pela autoridade fiscal.
- e) O sujeito passivo do fato gerador é sempre o contribuinte, vedada a imputação de responsabilidade tributária a terceiro que não tenha participado da situação que constitui o fato imponível.

125. Em relação ao princípio da legalidade tributária e suas exceções no ordenamento constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo de recolhimento do tributo está submetido ao princípio da legalidade estrita, sendo vedada sua alteração por ato do Poder Executivo.
- b) Nos termos da jurisprudência do STF, a alteração do prazo de recolhimento do ICMS por decreto do Executivo estadual não viola o princípio da legalidade tributária.
- c) O Imposto de Importação, o Imposto de Exportação, o IPI e o IOF estão sujeitos ao princípio da legalidade, e devem ter suas alíquotas alteradas por lei ordinária federal, dispensando-se, contudo, lei complementar.
- d) A base de cálculo do tributo pode ser atualizada por decreto do Executivo em qualquer percentual, desde que observada a anterioridade.
- e) A CIDE-Combustíveis não admite alteração de alíquotas por ato do Poder Executivo, exigindo sempre lei formal para sua majoração.

126. Sobre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

- a) O depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade, sendo obrigatório para a admissibilidade do recurso administrativo, conforme pacífica jurisprudência do STF.
- b) A interposição de recurso administrativo regularmente admitido suspende a exigibilidade do crédito tributário independentemente do depósito do montante integral, sendo inconstitucional a exigência de garantia prévia para esse fim.
- c) A concessão de tutela antecipada em ação judicial extingue o crédito tributário, tendo em vista que suspende definitivamente a exigibilidade do tributo discutido.
- d) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que pode ser concedida por qualquer ente federativo em caráter

geral, mas somente pela União em caráter individual.

- e) O parcelamento e a moratória têm natureza jurídica idêntica no CTN, sendo tratados como espécies do mesmo gênero com efeitos equivalentes sobre o crédito tributário.

127. Sobre a responsabilidade tributária de terceiros, prevista no art. 135 do Código Tributário Nacional, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O mero inadimplemento do tributo pela pessoa jurídica configura ato ilícito capaz de responsabilizar pessoalmente o sócio-gerente pelo crédito tributário.
- b) A responsabilidade pessoal dos administradores pelo crédito tributário decorre do fato de serem sócios da empresa devedora, independentemente da prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei.
- c) A presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica já é suficiente para ensejar o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- d) O STJ permite o redirecionamento da execução fiscal para qualquer sócio, ainda que não haja evidência de exercício de poderes de gerência ou administração à época dos fatos geradores.
- e) O redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente é vedado quando a dissolução irregular tiver ocorrido após o início da execução fiscal, devendo o Fisco promover nova ação de cobrança.

128. Acerca da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) A imunidade recíproca se estende às empresas públicas e sociedades de economia mista em qualquer hipótese, por se tratarem de entes integrantes da Administração Pública.
- b) A imunidade recíproca alcança o ICMS incidente sobre mercadorias adquiridas por autarquia estadual na condição de contribuinte de fato, mesmo sem ser contribuinte de direito.
- c) A imunidade recíproca é extensível às autarquias e fundações públicas no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- d) A imunidade recíproca impede a cobrança de qualquer tributo de uma unidade federativa por outra, incluindo contribuições de melhoria sobre imóveis públicos localizados no espaço urbano.
- e) A imunidade recíproca aplica-se aos serviços notariais e de registro prestados por serventuários em caráter privado, por serem delegatários de serviço público.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA

Fernando Maurício

129. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da neutralidade.
- e) e da defesa do meio ambiente.

130. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

- I-) Será financiado por percentual do produto da arrecadação do IBS destinado a cada ente federativo.
- II-) É quem deverá arrecadar o IBS, efetuar determinadas compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, política, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

131. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, segundo a previsão Constitucional, analise os itens a seguir:

- I-) Qualquer alteração na legislação federal que eleve a arrecadação do imposto deverá ser compensada pela elevação, pelo Senado Federal, das alíquotas de referência.
- II-) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria do IBS por lei complementar.
- III-) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) nenhuma.

132. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação aos regimes específicos de tributação do IBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.
- b) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para serviços financeiros, podendo prever a não aplicação do princípio da não cumulatividade.
- c) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual.
- d) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para atividade esportiva desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol, podendo prever hipóteses de alterações nas alíquotas.
- e) Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para sociedades cooperativas, de caráter obrigatório, com vistas a assegurar sua competitividade, observados os princípios da livre concorrência e da isonomia tributária.

133. Segundo a Constituição Federal, o IBS e a CBS seguirão as mesmas regras em relação a:

- a) Regimes específicos, imunidades e bases de cálculo.
- b) Imunidades, isenções e diferimentos.
- c) Fato gerador, base de cálculo e alíquotas.
- d) Obrigações acessórias, destinação do produto da arrecadação e julgamento administrativo.
- e) não cumulatividade, creditamento e competência.

134. Conforme dispõe a Constitucional Federal, com redação dada pela EC 132/25, analise os itens a seguir:

- I-) As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

II-) Compete ao Superior tribunal de Justiça julgar, originalmente, os conflitos entre entes federativos e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

III-) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, não importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma.

135. Em relação ao que prevê a Lei Complementar 214/25, julgue os itens a seguir:

I-) O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bem ou com serviço realizada pelo contribuinte, incluindo aquelas realizadas com ativo não circulante ou no exercício de atividade econômica não habitual.

II-) O IBS e a CBS incidem sobre os fornecimentos não onerosos de bens por contribuinte a parte relacionada.

III-) No fornecimento de diferentes bens em uma mesma operação, será obrigatória a especificação de cada fornecimento e de seu respectivo valor, inclusive quando todos os fornecimentos estiverem sujeitos ao mesmo tratamento tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

136. Conforme a Lei Complementar 214 de 2025, considera-se ocorrido o fato gerador do IBS:

- a) no momento do término do transporte, na prestação de serviço de transporte iniciado no País.
- b) no momento em que o bem for encontrado desacobertado de documentação fiscal inidônea.
- c) no momento da aquisição do bem nas hipóteses de licitação promovida pelo poder público de bem apreendido ou abandonado.
- d) Nas aquisições de bens e serviços pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, considera-se ocorrido o fato gerador no momento em que se realiza o fornecimento do bem ou serviço.
- e) Nas operações de execução continuada em que não seja possível identificar o momento de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço, considera-se ocorrido o fato gerador no momento inicial do fornecimento.

137. Conforme a Lei Complementar 214 de 2025, considera-se local da operação do IBS com:

- a) serviço prestado fisicamente sobre bem móvel material, o local de estabelecimento do prestador.
- b) serviço prestado fisicamente sobre bem imóvel, o local do estabelecimento do prestador.
- c) serviço prestado fisicamente sobre a pessoa física, o local do domicílio principal do adquirente.
- d) serviço de transporte de passageiros, o local de início do transporte.
- e) serviço de telefonia fixa prestada por meio de cabos, o local em que se localiza a matriz do tomador.

138. Conforme dispõe a LC 214/25, integra a Base de Cálculo do IBS, exceto:

- a) os acréscimos decorrentes de ajuste do valor da operação;
- b) o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados.

c) os juros, multas, acréscimos e encargos.

d) os descontos concedidos sob condição.

e) demais importâncias cobradas ou recebidas como parte do valor da operação.

139. Em relação ao que prevê a Lei Complementar 214/25, julgue os itens a seguir:

I-) O pagamento do IBS e da CBS será centralizados em um único estabelecimento.

II-) A apuração do IBS e CBS consolidará todos os débitos e créditos do contribuinte no regime regular, salvo aqueles decorrentes da apuração dos regimes específicos.

III-) A apuração realizada do IBS e da CBS implica confissão de dívida pelo contribuinte e constitui o crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) II.

b) I e II.

c) I.

d) I, II e III.

e) I e III.

140. Conforme dispõe a LC 214/25, são requisitos para a pessoa física integrante de família de baixa renda ter direito ao *cashback* do IBS e CBS, exceto:

a) ser responsável por unidade familiar de família de baixa renda.

b) ser cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

c) possuir inscrição em situação regular no CPF.

d) possuir renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo nacional.

e) ser residente no território nacional.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Eduardo da Rocha*

141. Em janeiro de 2024, a família do Sr. Roberto, domiciliada em Goiânia, decidiu renovar a sua frota e realizou as seguintes aquisições de veículos automotores para uso pessoal e profissional:

1. Roberto adquiriu um automóvel de passeio novo ("zero quilômetro") diretamente de uma concessionária localizada no Estado de São Paulo, trazendo-o imediatamente para ser licenciado em Goiás.
2. Sua esposa, diagnosticada com câncer e realizando tratamento integralmente na rede pública estadual de saúde, adquiriu um automóvel de passageiros de fabricação nacional, motor 1.0, no valor de R\$ 60.000,00, sendo este o único veículo em seu nome.
3. O sogro de Roberto, que atua comprovadamente como pescador profissional (pessoa natural), adquiriu a sua primeira e única embarcação para utilizá-la na atividade pesqueira, possuindo capacidade de carga de 5 (cinco) toneladas.
4. O filho mais velho de Roberto, que já atua como taxista autônomo, adquiriu um segundo veículo para também atuar como táxi (visando alugá-lo para outro motorista), possuindo agora dois táxis registrados em seu nome.

Considerando estritamente a legislação pertinente ao IPVA do Estado de Goiás (CTE), o tratamento tributário correto para os veículos adquiridos no exercício de suas respectivas aquisições é:

- a) O veículo adquirido por Roberto (situação 1) gozará de isenção total do IPVA, uma vez que a lei goiana isenta o imposto no ano da primeira aquisição de veículo novo por consumidor final.
- b) O veículo do filho mais velho (situação 4) gozará de isenção do IPVA, pois a legislação estadual isenta veículos de aluguel (táxi).
- c) O automóvel adquirido pela esposa de Roberto (situação 2) gozará de isenção total do IPVA, por preencher rigorosamente todos os requisitos legais

(valor, potência, fabricação e rede de tratamento) exigidos para pacientes em tratamento de câncer.

- d) A embarcação adquirida pelo sogro de Roberto (situação 3) gozará de isenção total do IPVA, uma vez que a lei estadual isenta as embarcações de pescadores profissionais (pessoas naturais) utilizadas na atividade pesqueira.
- e) O automóvel adquirido pela esposa de Roberto (situação 2) não gozará de isenção, pois o benefício para pessoas com câncer restringe-se àqueles que realizam tratamento na rede privada conveniada ao SUS, sendo o IPVA cobrado proporcionalmente.

142. A Indústria "Móveis Cerrado Ltda.", regularmente inscrita e situada no município de Itumbiara (GO), realizou as seguintes operações durante o mês de março de 2024:

1. Vendeu um lote de cadeiras de madeira para a empresa "Decor SP", localizada em São Paulo (SP). No entanto, as cadeiras já estavam depositadas em um Armazém Geral também localizado no Estado de São Paulo e de lá saíram fisicamente e de forma direta para o adquirente paulista.
2. Arrematou, em uma licitação pública ocorrida presencialmente em Salvador (BA), um lote de maquinário importado do exterior e apreendido pela Receita Federal, trazendo-o imediatamente para compor a linha de produção de sua fábrica em Itumbiara (GO).
3. Adquiriu, de uma indústria localizada no Rio de Janeiro, peças e acessórios para uso exclusivo em seu próprio maquinário fabril (integração ao ativo imobilizado).

De acordo com a legislação do ICMS do Estado de Goiás (Lei nº 11.651/91 - CTE), sobre a ocorrência do fato gerador e a definição do local da operação para fins de cobrança do imposto, é correto afirmar que:

- a) Na situação 1, o local da operação é considerado em Itumbiara (GO), devendo a "Móveis Cerrado" recolher o ICMS a favor do Estado de Goiás, uma

vez que a empresa goiana é a proprietária e transmitente original da mercadoria.

- b) Na situação 2, o local da operação é o estabelecimento da "Móveis Cerrado" em Itumbiara (GO), sendo o ICMS relativo à arrematação devido ao Estado de Goiás no momento da entrada física do maquinário.
- c) Na situação 3, não há incidência de ICMS a favor do Estado de Goiás, visto que o imposto estadual só é exigido na entrada de mercadorias oriundas de outros Estados quando estas forem destinadas exclusivamente à posterior comercialização ou à industrialização.
- d) Na situação 2, o local da operação é Salvador (BA), local onde foi realizada a licitação, sendo o ICMS dessa arrematação devido integralmente ao Estado da Bahia e não ao Estado de Goiás.
- e) Na situação 1, a legislação goiana determina que o local da operação será, excepcionalmente, o do estabelecimento depositante (Itumbiara), exigindo o recolhimento do imposto a Goiás no momento da transmissão da propriedade.

143. A Indústria "GoiásForte S.A.", contribuinte do ICMS e obrigada à entrega da Escrituração Fiscal Digital (EFD), identificou erros materiais no preenchimento de sua escrituração referente a dois meses anteriores, resultando em pagamento a maior do imposto. A empresa deseja proceder à retificação dos arquivos digitais já transmitidos à Secretaria da Economia. Adicionalmente, a diretoria questionou o setor contábil sobre a necessidade de manter a guarda dos documentos que originaram a escrituração, alegando que a transmissão digital mensal já seria suficiente para o Fisco e que os arquivos originais e comprovantes físicos poderiam ser descartados.

Considerando o tratamento conferido pela legislação tributária de Goiás (RCTE) à Escrituração Fiscal Digital (EFD), assinale a alternativa correta:

- a) A empresa poderá retificar a EFD até o último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do

mês da apuração, independentemente de autorização da administração tributária, bastando para isso o envio de um arquivo digital complementar.

- b) A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital da EFD dispensam expressamente a "GoiásForte S.A." de manter a guarda física ou digital dos documentos que deram origem às informações prestadas, prevalecendo a validade jurídica do ambiente digital do SPED.
- c) A autorização da Secretaria da Economia para a retificação extemporânea da EFD implica o reconhecimento da veracidade e da legitimidade das informações prestadas, bem como a homologação definitiva da nova apuração do ICMS efetuada pela empresa.
- d) A empresa poderá retificar livremente a EFD, independentemente de autorização, ainda que o período de apuração a ser corrigido já tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal, prevalecendo o princípio da espontaneidade do contribuinte na correção de seus débitos.
- e) Para efetivar a retificação da EFD, a empresa deverá enviar um novo arquivo digital que substitua integralmente o arquivo original regularmente recebido pela administração tributária.

144. A Indústria "Goiás Industrial S.A." adquiriu um grande lote de matérias-primas tributadas pelo ICMS, apropriando-se regularmente dos créditos no momento da entrada em seu estabelecimento. Contudo, meses depois, dois fatos distintos ocorreram com esse estoque:

1. Metade do lote de matéria-prima foi consumida em um incêndio acidental no galpão da empresa, sendo totalmente destruída.
2. A outra metade foi regularmente industrializada, e o produto final resultante foi integralmente vendido e exportado para a Argentina.

Diante dessa situação hipotética, e considerando as disposições do Código Tributário do Estado de

Goiás (CTE) acerca da sistemática da não cumulatividade, assinale a afirmativa correta sobre o tratamento tributário aplicável aos créditos de ICMS apropriados pela indústria:

- a) A empresa deverá estornar o crédito correspondente à matéria-prima destruída no incêndio, mas a legislação estadual exige, como regra geral, a anulação proporcional do crédito da matéria-prima empregada nos produtos exportados, salvo se houver autorização prévia em regime especial.
- b) A ocorrência do incêndio caracteriza caso fortuito, o que garante à empresa o direito à manutenção integral do crédito da matéria-prima destruída, devendo apenas estornar o crédito referente à exportação, uma vez que a saída para o exterior não é tributada pelo Estado de Goiás.
- c) A empresa deverá efetuar o estorno de ambos os créditos apropriados, uma vez que a legislação goiana determina a anulação sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento não for objeto de subsequente saída tributada no mercado interno.
- d) A empresa tem o direito de manter o crédito correspondente aos produtos exportados, mas deverá efetuar o estorno integral do imposto de que se tiver creditado em relação à matéria-prima destruída pelo incêndio.
- e) A empresa poderá manter integralmente ambos os créditos, pois o creditamento ocorreu de forma lícita no momento da entrada, e o princípio da não cumulatividade veda a exigência de estorno por eventos posteriores e imprevisíveis.

145. O advogado Marcos, regularmente inscrito na OAB-GO, ajuizou uma ação perante o Poder Judiciário Estadual visando exclusivamente ao arbitramento e ao recebimento de seus honorários advocatícios. Em um cenário distinto e alheio a Marcos, a empresa "AgroGoiás Ltda.", proprietária de um galpão edificado localizado na zona rural do Estado de Goiás, deixou de recolher a Taxa de Serviços Estaduais (TSE) devida pela utilização

potencial do serviço de extinção de incêndio prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar. Durante uma fiscalização de rotina no estabelecimento da empresa, o Auditor Fiscal constatou, por meio da análise de papéis internos, que o administrador da "AgroGoiás" havia simulado e viciado documentos, alterando as datas neles lançadas, com o propósito específico de atrasar o pagamento da referida taxa.

Considerando as disposições do Código Tributário do Estado de Goiás (CTE) acerca das Taxas Estaduais, assinale a alternativa correta:

- a) O imóvel da empresa, por estar situado na zona rural, afasta a incidência da Taxa de Serviços Estaduais relacionada à utilização potencial do serviço de extinção de incêndio, uma vez que o tributo restringe-se aos imóveis localizados nos perímetros urbanos.
- b) A legislação tributária estadual determina que as sanções pelo não pagamento da taxa e pela simulação de documentos devem ser aplicadas de forma alternativa, prevalecendo a multa de maior valor para evitar a dupla penalização pela mesma infração.
- c) A multa a ser aplicada à empresa pela conduta de simular e alterar as datas nos documentos, visando atrasar o recolhimento do tributo, corresponderá a um valor variável de uma a três vezes o montante da taxa efetivamente devida.
- d) As multas aplicáveis à empresa em virtude da falta de pagamento da taxa e pela conduta de viciar documentos visando atrasar o seu recolhimento serão aplicadas cumulativamente, correspondendo a segunda infração a uma multa de valor fixo estipulado na legislação.
- e) Na ação promovida por Marcos para o recebimento de seus honorários, a Taxa Judiciária (TXJ) deverá ser recolhida e comprovada pelo autor no momento do ajuizamento, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial.

146. A fiscalização da Receita Estadual de Goiás iniciou um procedimento administrativo em face da empresa "MegaEletro Ltda.", varejista de eletrônicos localizada em Goiânia, e de sua parceira comercial, a plataforma de marketplace "VendaOn S.A.". Durante os trabalhos de auditoria, o agente do Fisco constatou duas situações distintas:

1. A "MegaEletro Ltda." realizava vendas físicas em sua loja, mas disponibilizava aos clientes uma máquina de cartão de crédito e um QR Code para pagamento via PIX que estavam vinculados diretamente ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) e à conta corrente pessoal de seu sócio-administrador, sob a justificativa de facilitar o fluxo de caixa familiar.
2. A plataforma "VendaOn S.A.", atuando como intermediadora de negócios de forma online, não enviou os arquivos eletrônicos de informações referentes ao mês de fevereiro para a administração tributária goiana, sob a alegação de que não houve absolutamente nenhuma transação comercial intermediada envolvendo o Estado de Goiás naquele período. Além disso, a plataforma se recusou formalmente a fornecer informações complementares solicitadas pelo Auditor Fiscal referentes a operações ocorridas integralmente entre usuários de outros Estados, invocando a regra de territorialidade.

Considerando as disposições do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), especificamente o seu Anexo XVIII, assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

- a) A prática da "MegaEletro Ltda." de utilizar instrumentos de pagamento vinculados ao CPF do sócio é considerada lícita, desde que o faturamento seja posteriormente declarado ao Fisco, pois a legislação estadual veda apenas o uso de CNPJ de outro estabelecimento, silenciando sobre o recebimento em contas de pessoas físicas.
- b) A plataforma "VendaOn S.A." agiu com respaldo legal ao não enviar as informações do mês de fevereiro, pois a inexistência de transações comerciais ou prestações de serviços envolvendo o

Estado de Goiás naquele mês a dispensa de cumprir a obrigação acessória perante o Fisco goiano.

- c) A recusa da plataforma "VendaOn S.A." em fornecer os dados de outras Unidades da Federação é ilegítima, visto que a legislação autoriza a administração tributária a solicitar essas informações, bem como dados complementares, em virtude de procedimento administrativo em curso, independentemente da territorialidade.
- d) A plataforma "VendaOn S.A." deveria ter prestado as informações das transações de fevereiro impreterivelmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.
- e) A obrigação de envio mensal das informações ao Fisco poderá ser transferida pela "VendaOn S.A." para outra instituição financeira de sua conveniência, dispensando-se o cumprimento dos requisitos de sigilo fiscal, em prestígio aos princípios da celeridade e da simplificação de procedimentos.

147. A empresa "InovaGoiás Comércio de Eletrônicos Ltda." recebeu, por meio de seu Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), um Comunicado para Autorregularização expedido pela Secretaria de Estado da Economia. O documento apontava divergências entre as receitas declaradas pela empresa e as informações fornecidas pelas administradoras de cartão de crédito obtidas em cruzamento de malha fiscal. A diretoria da empresa convocou seu departamento contábil para definir a estratégia de resposta dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias.

Com base nas disposições da Instrução Normativa nº 199/2022-SRE, que disciplina a autorregularização no Estado de Goiás, assinale a alternativa que apresenta a orientação jurídica correta a ser adotada pela empresa:

- a) O envio do Comunicado para Autorregularização pelo Fisco configura o início do procedimento fiscal, impossibilitando a empresa de se beneficiar do instituto da denúncia espontânea e exigindo o

- recolhimento do débito com as respectivas multas punitivas integrais.
- b) Caso a empresa opte por solicitar o parcelamento das divergências apontadas, deverá preencher o Termo de Declaração de Débito, que configura confissão de dívida, hipótese em que incidirá sobre o montante apenas a multa de caráter moratório e os demais acréscimos legais.
- c) A empresa poderá apresentar justificativa em caso de discordância das divergências, sendo que a pendência de análise dessa justificativa pela Secretaria da Economia impede o início de qualquer procedimento fiscal mesmo após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias estipulado no comunicado.
- d) Se a divergência apontada referir-se exclusivamente ao descumprimento de uma obrigação acessória da qual não decorreu a falta de pagamento de tributo, a empresa deverá recolher a multa formal com redução legal para efetivar a sua autorregularização.
- e) Ao enviar os dados e documentos digitalizados para sanar a pendência por meio da Plataforma Digital de Processos (PDP) ou do Sistema AutoReg, a empresa fica automaticamente dispensada de manter a guarda dos documentos originais físicos até o transcurso do prazo decadencial.
- 148.** A legislação tributária do Estado de Goiás, por meio do Anexo XX do Regulamento do Código Tributário Estadual (RCTE), instituiu regras específicas para a cobrança do Diferencial de Alíquotas devido por empresas optantes pelo Simples Nacional (DIFAL-SN) nas aquisições interestaduais. Sobre essa sistemática de apuração, recolhimento e exceções, analise os itens a seguir:
- I. A cobrança do DIFAL-SN não se aplica às aquisições interestaduais de mercadorias que estejam sujeitas ao regime de substituição tributária, bem como àquelas efetuadas por Microempreendedor Individual (MEI).
- II. No cálculo do ICMS correspondente ao DIFAL-SN, é facultado ao contribuinte utilizar um benefício fiscal de redução da base de cálculo que resulte em uma carga tributária efetiva de 11% sobre o valor da operação, sendo esta sistemática simplificada vedada, no entanto, para as aquisições de combustíveis, energia elétrica e soja em grãos, dentre outras exceções.
- III. O contribuinte optante pelo Simples Nacional que efetuar a devolução da mercadoria em período posterior ao da sua aquisição poderá deduzir o valor do DIFAL-SN pago na entrada do montante que tiver que recolher ao Estado de Goiás quando de futuras aquisições interestaduais.
- Está correto o que se afirma em:
- a) I, apenas.
b) I e II, apenas.
c) II e III, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

149. A legislação do Estado de Goiás, por meio do Anexo VIII do seu Regulamento (RCTE), dispõe detalhadamente sobre o regime de Substituição Tributária (ST) aplicável a diversas operações e prestações. Com base nas regras relativas a esse regime, analise as afirmativas a seguir:

- I. A adoção do regime de substituição tributária pela operação anterior é, como regra geral, opcional, ficando facultada ao contribuinte substituído a apuração e o pagamento do ICMS devido. No entanto, essa opcionalidade não se aplica às operações com lenha e com álcool carburante, nas quais a substituição tributária é obrigatória.
- II. Na contratação de serviço de transporte de carga executado por transportador pessoa jurídica, os contribuintes contratantes estabelecidos no Estado de Goiás assumem a condição de substitutos tributários, assumindo a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido na prestação.
- III. O regime de substituição tributária pelas operações posteriores aplica-se à entrada de produto já elaborado, destinado à comercialização, nos casos em que o adquirente seja o próprio fabricante desse tipo de mercadoria, uma vez que o recolhimento antecipado do ICMS independe da natureza do estabelecimento destinatário.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

150. O Supermercado "Goiás de Todos Ltda.", contribuinte do ICMS, realiza diariamente milhares de vendas presenciais para consumidores finais, acobertadas pela emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e, modelo 65). Além disso, a empresa possui uma frota própria de caminhões que utiliza para transferir mercadorias de seu centro de distribuição para as diversas filiais espalhadas por municípios do interior do Estado.

Em determinado dia, o supermercado enfrentou uma grave falha em seu provedor de internet, o que impossibilitou a transmissão dos arquivos da NFC-e para a Secretaria da Economia. No mesmo dia, um de seus caminhões próprios, que realizava uma transferência intermunicipal de mercadorias, sofreu uma pane mecânica na rodovia, obrigando a empresa a enviar um novo caminhão para substituir o veículo avariado e seguir com a carga.

Considerando o caso hipotético e as regras dos Ajustes SINIEF 19/16 (NFC-e) e 21/10 (MDF-e), assinale a alternativa correta sobre as obrigações acessórias do contribuinte:

- a) A empresa está dispensada de emitir o MDF-e para acobertar o transporte entre as filiais, visto que realiza o transporte com veículos próprios, sendo a obrigatoriedade de emissão desse manifesto exclusiva para empresas de transporte de cargas (transportadoras) que emitem CT-e.
- b) Diante da falha de internet, a empresa poderá operar em contingência, gerando o arquivo digital e imprimindo o respectivo DANFE-NFC-e para o consumidor, mas terá o prazo máximo e improrrogável de 24 horas para transmitir os arquivos à administração tributária, sob pena de inidoneidade do documento.
- c) A legislação tributária veda expressamente a emissão da NFC-e para acobertar uma venda presencial de R\$ 215.000,00 realizada pelo supermercado, tornando obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e, modelo 55).
- d) O Documento Auxiliar do MDF-e (DAMDFE) que acompanha o caminhão da empresa deve ser impresso obrigatoriamente em papel do tipo jornal, visando a redução de custos operacionais, não sendo admitida a sua apresentação em formato digital pela fiscalização de trânsito.
- e) Com a quebra do caminhão no trajeto intermunicipal, o Fisco goiano determina que a carga seja transferida para o novo veículo e siga viagem acobertada pelo MDF-e original, sendo expressamente vedada a emissão de um novo manifesto eletrônico para a mesma carga já em trânsito.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Rafael Rocha (Caverna)*

151. No que diz respeito ao imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos, julgue os itens seguintes, de acordo com o disposto na legislação tributária do Estado de Goiás acerca do ITCD.

I O fato gerador na transmissão causa mortis ocorre na data da abertura do inventário.

II A lei estadual estabelece alíquotas progressivas que variam de 4% a 8%, de acordo com o valor dos bens e direitos transmitidos.

III Não há incidência do imposto quando da extinção do usufruto.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

152. No exercício de 2026, ocorreram as seguintes transmissões de bens e direitos:

I. Paulo permutou sua casa, localizada em GO, pelo terreno de Maria, localizado em SP, sendo que Paulo é domiciliado no RJ e Maria em SC.

II. João, domiciliado em RO, recebeu uma herança de R\$ 200.000,00, em dinheiro, depositado em agência bancária da capital goiana, deixado por sua tia Maristela, que era domiciliada em PE, na data do óbito, tendo sido processado o inventário, todavia, em GO.

III. Tânia, domiciliada em SE, recebeu em doação de Josefa, domiciliada em GO, um sítio localizado em MG.

IV. Chong Li, de nacionalidade chinesa, residente em Xangai (CHINA), faleceu e deixou para sua filha Li Na, domiciliada em Pequim (CHINA), ações da Petrobras S.A., negociadas na BOVESPA.

De acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás acerca do ITCD,

- a) há ITCD devido a GO apenas nas situações descritas nos itens II, III e IV.
- b) há ITCD devido a GO apenas na situação descrita no item I, relativamente ao imóvel localizado no Estado, bem como na situação descrita no item III.
- c) não há ITCD devido a GO em nenhuma das situações descritas acima.
- d) há ITCD devido a GO apenas na situação descrita no item I, mas apenas sobre o imóvel localizado no Estado.
- e) há ITCD devido a GO apenas nas situações descritas nos itens II e IV.

153. Diogo, rico fazendeiro, domiciliado em GO, decidiu instituir usufruto de duas fazendas de sua propriedade, pelo prazo de 10 anos, a favor de seus irmãos Cláudio, domiciliado em GO, e Rosana, domiciliada no MS.

Relativamente a Cláudio, foi instituído usufruto oneroso sobre a Fazenda São Simão, localizada em GO, abrangendo as terras da fazenda, o maquinário, os veículos automotores e o gado que nela se encontravam.

Relativamente à Rosana, foi instituído usufruto não oneroso sobre a Fazenda São Luís, localizada no MT, abrangendo as terras da fazenda, o maquinário, os veículos automotores e o gado que nela se encontravam.

Diante dos fatos acima narrados e de acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás acerca do ITCD, verifica-se que há incidência do imposto em favor de GO, na instituição do usufruto:

- a) a favor de Cláudio, e o contribuinte é Diogo.
- b) a favor de Rosana, e o contribuinte é Diogo.
- c) a favor de Rosana, e o contribuinte é Rosana.
- d) a favor de Cláudio, e o contribuinte é Cláudio.
- e) tanto a favor de Cláudio como a favor de Rosana, sendo Diogo o contribuinte em ambos os casos.

154. Quando Edmundo falece, em fevereiro de 2026, ele deixou os seguintes bens imóveis, de sua propriedade: uma casa, localizada em Cuiabá/MT, alugada para um advogado da cidade, e um terreno, localizado em Goiânia/GO, alugado para uma instituição de benemerência, cuja sede se localiza em Angra dos Reis/RJ. Deixou, ainda, a importância de R\$ 200.000,00, depositada em caderneta de poupança, em agência bancária de Caldas Novas/GO, e um automóvel seminovo, licenciado em Anápolis/GO. Edmundo estava domiciliado no Distrito Federal/DF, quando veio a falecer, tendo sido o inventário realizado extrajudicialmente em Rondonópolis/MT. Seu filho Heitor é seu único herdeiro, e estava domiciliado em Itumbiara/GO, na data do óbito do pai.

Com base nas informações prestadas acima e de acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás acerca do ITCD, será devido o imposto ao Estado, relativamente APENAS à transmissão

- a) da casa.
- b) do terreno.
- c) do veículo automotor.
- d) dos R\$ 200.000,00.
- e) do veículo automotor, dos R\$ 200.000,00 e do terreno.

155. De acordo com a lei complementar nº 104/2013, pode-se afirmar que constitui garantia do contribuinte:

- a) ter assegurados, no processo administrativo-fiscal, o contraditório, a ampla defesa e, preferencialmente, o julgamento em duplo grau, sendo a segunda instância administrativa organizada com colegiado, no qual terão assento representantes do Fisco e dos contribuintes.
- b) a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.
- c) cumprir as obrigações acessórias e atender as notificações ou solicitações formalmente engendradas pelas Autoridades Fiscais

competentes, mediante envio de arquivos eletrônicos a endereços virtuais especialmente criados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás para essa finalidade.

- d) não ser, sob nenhuma hipótese, compelido ao pagamento imediato de tributo, caso dele discorde, e exercer, neste caso, o direito à ampla defesa e ao contraditório, com os meios e recursos a ele inerentes.
- e) obter convalidação, com efeitos retroativos, de ato maculado com defeito sanável ou erro notoriamente escusável, desde que haja o pagamento integral do tributo, se devido, acrescido de correção monetária e dos demais acréscimos previstos na legislação e não tenha sido iniciada a ação fiscal.

156. De acordo com a lei complementar nº 104/2013, assinale a opção incorreta:

- a) O simples inadimplemento da obrigação tributária principal e/ou acessória não configura infração à lei apta a justificar a responsabilização dos sócios administradores.
- b) Não constitui dissolução irregular da sociedade, para fins de responsabilização de seus sócios administradores, a sua extinção via falência, dissolução judicial ou extrajudicial, ou outra forma legalmente prevista para a extinção ou liquidação de sociedades.
- c) A presunção de dissolução irregular da sociedade, em virtude de sua não-localização, pressupõe a prévia e formal diligência junto aos endereços constantes de seus registros fiscais e contrato social.
- d) As Certidões Negativas ou Positivas com Efeitos de Negativa emitidas pelo Estado de Goiás não poderão ter prazo de validade inferior a 180 (cento e oitenta) dias e deverão ser expedidas em caráter geral, sem especificação de objeto ou objetivo.
- e) É proibida a inscrição do nome dos sócios administradores na Dívida Ativa, quando não lhes for previamente assegurado o direito de discutir administrativamente a exigência fiscal.

157. Com base na lei complementar nº 104/2013, acerca da consulta, pode-se afirmar que:

- a) as consultas deverão ser respondidas por escrito e fundamentadamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de seu protocolo.
- b) as diligências ou os pedidos de informação engendrados pelo órgão fazendário responsável pela análise da Consulta Fiscal interrompem o prazo para resposta à consulta.
- c) havendo diferença de entendimento entre Soluções de Consultas relacionadas a uma mesma matéria, cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Secretário da Fazenda do Estado de Goiás.
- d) o recurso contra solução dada em consulta poderá ser interposto pelo Superintendente de Administração Tributário ou pelo destinatário da solução divergente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua intimação.
- e) as Soluções de Consultas produzirão seus regulares efeitos até sua formal revogação pela Administração Pública, sendo vedada a aplicação retroativa deste novo entendimento, exceto quando desfavorável ao contribuinte.

158. Com base na lei estadual nº 16.469/09, compete à Superintendência de Política Tributária apreciar:

- a) Processo de Exclusão de Ofício de Optante do Simples Nacional.
- b) Processo Administrativo de IPVA.
- c) Processo de Consulta para a solução de dúvidas sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária.
- d) Processo de Revisão Extraordinária, para apreciação de pedido de revisão de ato processual.
- e) Processo de Restituição, para apuração de pagamento indevido decorrente de lançamento.

159. Com base na lei estadual nº 16.469/09, julgue os itens a seguir:

- I. Os Enunciados de Uniformização de Entendimento poderão ser provocados, exclusivamente, pelos julgadores de ambas as instâncias do contencioso administrativo e pelos Procuradores do Estado atuantes no CAT.
- II. O recurso voluntário, o recurso de ofício e o pedido de reforma da sentença devolvem à Câmara Julgadora o conhecimento de toda a matéria impugnada.
- III. Havendo mais de um sujeito passivo, a apresentação de impugnação em primeira instância por apenas um deles inicia a fase contenciosa do processo, não podendo o sujeito passivo revelar recorrer da decisão singular resultante.

São corretos, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

160. Com base na lei estadual nº 16.469/09, assinale a opção incorreta:

- a) O contribuinte pode apresentar Pedido de Revisão de Lançamento de IPVA no prazo de 30 dias, contados da data de cientificação do lançamento do tributo, na hipótese de discordar da base de cálculo estabelecida na tabela divulgada pelo Estado.
 - b) Salvo os casos de impropriedade ou excesso de linguagem, o Conselheiro e o Julgador de Primeira Instância não podem ser punidos ou prejudicados pelas opiniões que manifestarem ou pelo teor das decisões que proferirem.
 - c) Permitir-se-á nomeação para mandato consecutivo apenas uma vez, independentemente desta referir-se a Conselheiro efetivo ou suplente podendo, todavia, ser feita nova nomeação após decorridos 4 (quatro) anos do término do último mandato.
 - d) Os conselheiros suplentes da representação do Fisco são também competentes para atuar nos julgamentos de primeira instância na condição de julgadores singulares, de forma concomitante nas Câmaras Julgadoras ou no Conselho Superior ou de forma exclusiva se o Presidente do CAT determinar.
 - e) Em cada ano, os Conselheiros efetivos ou suplentes da representação dos contribuintes terão direito ao afastamento de suas atividades por até 30 (trinta) sessões de julgamento, consecutivas ou não.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
